

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO CONTÍNUOS CONTRATADOS SOB O REGIME POR PREÇOS UNITÁRIOS

PREÂMBULO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE IMPRESSOS PARA O COMANDO DE POLICIAMENTO AMBIENTAL.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO nº 11/2015/FPBRN PROCESSO nº 3.099/2015

Nº DA OFERTA DE COMPRA: **2600300000120150C00012**

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <u>www.bec.sp.gov.br</u> ou <u>www.bec.fazenda.sp.gov.br</u>
DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: **23/07/2015**DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **07/08/2015** às **09:00hs**

O Senhor Antonio Vagner Pereira Chefe de Gabinete da Secretaria do Meio Ambiente, usando a competência delegada pelos artigos 3° e 7°, inciso I, do Decreto estadual n° 47.297, de 06 de novembro de 2002, c.c. artigo 8°, do Decreto estadual nº 49.722, de 24 de junho de 2005, torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP", com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO - Processo no 3.099/2015, objetivando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE IMPRESSOS PARA O COMANDO DE POLICIAMENTO AMBIENTAL, sob o regime de empreitada por preços unitários, que será regida pela Lei federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto nº 49.722, de 24 de junho de 2005, pelo regulamento anexo à Resolução nº CC-27, de 25/05/2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, do Decreto estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, da Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas, por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes, no CAUFESP.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico http://www.bec.sp.gov.br e www.bec.fazenda.sp.gov.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital e será conduzida pelo pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

I - DO OBJETO

1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviço de confecções de impressa para o Comando de Policiamento Ambiental, conforme especificações constantes do Memorial Descritivo, que integra este edital como Anexo I.

II - DA PARTICIPAÇÃO

1. Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Estadual que estiverem registrados no CAUFESP, em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de



procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes, na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

- 1.1. O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso, deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico, realizado por intermédio do Sistema BEC/SP.
- 1.2. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos, para o registro no CAUFESP, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso, estão disponíveis nos endereços eletrônicos http://www.bec.sp.gov.br.e www.bec.fazenda.sp.gov.br.
- 2. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, declare, mediante assinalação nos campos próprios, que inexiste qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP, relativos a Dispensa de Licitação, Convite e Pregão Eletrônico.
- 3. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.
- 4. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.
- 5. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.
- 6. Para o exercício do direito de preferência de que trata o subitem 6, bem como para a fruição do benefício da habilitação com irregularidade fiscal previsto na alínea "f", do subitem 9, ambos do item V deste edital, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, ou de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal nº 11.488, de 15/06/2007, deverá constar do registro da licitante junto ao CAUFESP.

III – DAS PROPOSTAS

- 1. As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço http://www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br na opção PREGAO ENTREGAR PROPOSTA, desde a divulgação da integra do Edital no referido endereço eletrônico até o dia e horário previstos no preâmbulo, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do edital.
- 2. O preço unitário e preço total por item e valor total da proposta dos serviços serão ofertados no formulário eletrônico próprio, em moeda corrente nacional, em algarismos, apurados nos termos do subitem 4 deste item III, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas,



relacionadas com a prestação de serviços e fornecimento dos bens objeto da presente licitação.

- 3. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias.
- 4. A proposta de preço deverá ser orçada em valores vigentes à data de sua apresentação, e não haverá reajuste.

IV - DA HABILITAÇÃO

1. O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no subitem 9, do item V deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro empresarial na junta comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na junta comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certidão de regularidade de débito com as Fazendas Estadual e Municipal da sede ou do domicílio da licitante;
- d) Certidão de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa, relativa a Tributos Federais e Dívida Ativa da União.



f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial, e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
 - a.1) Se a licitante for cooperativa, a certidão mencionada na alínea "a" deste subitem 1.3, deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.

1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de qualificação técnico-operacional, nos termos do artigo 30, inciso II, e §1°, da Lei n° 8.666/93, mediante apresentação de atestado(s) expedidos(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, EM NOME DA LICITANTE, que comprove(m) a execução de serviços de mesma natureza.

1.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

- 1.5.1. Declarações subscritas por representante legal da licitante, elaboradas em papel timbrado, em conformidade com o Anexo III, atestando que conhece e aceita as condições constantes do Edital em referência e seus anexos, bem como:
- a) Inexiste impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, inclusive em virtude das disposições da Lei estadual nº 10.218, de 12 de fevereiro de 1999;
- b) Atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho (parágrafo único, art. 117, Constituição do Estado);
- c) Encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, em conformidade com o Decreto Estadual nº 42.911 de 06/03/98.

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

V - DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO

- 1. No dia e horário previstos neste edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação, pelo sistema, na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.
- 2. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 2.1. Serão desclassificadas as propostas:
- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;



- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- c) que por ação da licitante ofertante, contenha elementos que permitam a sua identificação.
- 2.1.1. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro.
- 2.2. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes
- 2.3. O eventual desempate de propostas do mesmo valor, será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.
- 3. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.
- 4. Será iniciada a etapa de lances, com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.
- 4.1. A formulação de lances será efetuada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.
- 4.1.1. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, ou em valores distintos e decrescentes inferiores ao do último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada, em ambos os casos, a redução mínima entre eles de R\$ 200,00 (duzentos reais), aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 2 (dois) ou mais lances do mesmo valor.
- 4.1.1.1. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o valor total do item.
- 4.2. A etapa de lances terá a duração inicial de 15 (quinze) minutos.
- 4.2.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 3 (três) minutos do período de que trata o subitem 4.2 ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.
- 4.2.1.1. Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no subitem 4.2.1, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema, do último lance que ensejar prorrogação.
- 4.3. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:
- a) dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;
- b) do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.
- 4.4. A etapa de lances será considerada encerrada, findos os períodos de duração indicados no subitem 4.2.



- 5. Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória, contendo a classificação final, em ordem crescente de valores.
- 5.1. Para essa classificação, será considerado o último preço ofertado por licitante.
- 6. Com base na classificação a que alude o subitem 5 deste item, será assegurada às licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal nº 11.488, de 15/06/2007, preferência à contratação, observadas as seguintes regras:
- 6.1.A microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei federal 11.488 de 15/06/2007, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da melhor proposta classificada, será convocada pelo pregoeiro para que apresente preço inferior ao da menor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.
- 6.1.1. A convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio, no caso de haver propostas empatadas nas condições do subitem 6.1.
- 6.2. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da melhor proposta classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação as demais microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal nº 11.488, de 15/06/2007, cujos valores da proposta se enquadrem nas condições indicadas no subitem 6.1.
- 6.3. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem 5, seja microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal nº 11.488, de 15/06/2007, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.
- 7. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, obtida com base nas disposições dos subitens 6.1 e 6.2, ou, na falta desta, com base na classificação de que trata o subitem 5 mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.
- 8. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo, motivadamente, a respeito.
- 8.1.O critério de aceitabilidade dos preços ofertados será aferido a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.
- 8.2.O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes a composição de preços unitários de serviços e/ou de materiais/equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessário.
- 9. Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:



- a) Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, constantes do CAUFESP e extraídos dos documentos indicados no item IV deste edital;
- b) Caso os dados e informações existentes no CAUFESP, não atendam aos requisitos estabelecidos no item IV deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações.
- b.1) Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos, os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada.
- d) A licitante poderá, ainda, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no Edital, mediante a apresentação de novos documentos ou a substituição de documentos anteriormente ofertados, desde que os envie no curso da própria sessão pública do pregão e até a decisão sobre a habilitação, por meio de fac-símile para o número (0XX11) 3133-3320 por correio eletrônico para o endereço licitacoes@ambiente.sp.gov.br
- c.1) Sem prejuízo do disposto nas alíneas "a", "b", "c", "d" e "e", deste subitem 9, serão apresentados, obrigatoriamente, por fax ou por correio eletrônico, as declarações a que se refere o subitem 1.5.1, do item IV, deste edital
- d) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea "b" ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea "c", ambas deste subitem 9. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas "b" e "c", a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.
- e) Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas, dos documentos enviados na forma constante da alínea "c" deverão ser apresentados no Centro de Licitações e Contratos, sito à Avenida Professor Frederico Hermann Junior, 345 Prédio 1 6º andar Alto de Pinheiros, São Paulo, Capital, em até 02 (dois) dias após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e a aplicação das penalidades cabíveis.
- f) Para habilitação de microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal nº 11.488, de 15/06/2007 não será exigida comprovação de regularidade fiscal, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados no subitem 1.2, alíneas "a" a "e" do item 4 deste Edital, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação;
- g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
- h) Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará as demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. Deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por fac-símile ou outro meio eletrônico.



- 10. A licitante habilitada nas condições da alínea "f" do subitem 9 deste item V, deverá comprovar sua regularidade fiscal, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 11. A comprovação de que trata o subitem 10 deste item V deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débito, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir do momento que a licitante for declaradas vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.
- 12. Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea "f", do subitem 9, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no subitem 11, para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal de que tratam os subitens 10 e 11 deste item V.
- 13. Por ocasião da retomada da sessão, o pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal de que tratam os subitens 10 e 11 deste item V, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação, observado o disposto no mesmo subitem 11.
- 14. Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal, nos moldes dos subitens 10 a 13, deste item V, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que trata o subitem 5 do mesmo item V, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

VI - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.

- 1. Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal nos moldes dos subitens 10 a 13 do item V, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema.
- 2. Havendo a interposição de recurso na forma indicada no subitem 1 deste item, o Pregoeiro, por mensagem lançada no sistema, informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões de recurso, no prazo de 3 (três) dias após o encerramento da sessão pública, e às demais licitantes que poderão apresentar contra razões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo para apresentação de memoriais, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, no endereço da unidade promotora da licitação, constante do subitem 2.1., deste item.
- 2.1 . Os memoriais de recurso e as contra razões serão oferecidas, por meio eletrônico, no sítio www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, opção RECURSO, e a apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo, no Núcleo de Licitações e Contratos, sito à Avenida Professor Frederico Hermann Junior, 345 Prédio 1 6º andar Alto de Pinheiros, São Paulo, Capital, observados os prazos estabelecidos no subitem 2, deste item.
- 3. A falta da interposição na forma prevista no subitem 1 deste item importará a decadência do direito de recurso e o pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao



vencedor, na própria sessão, encaminhando o processo à autoridade competente, para a homologação.

- 4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.
- 5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 6. A adjudicação será feita pela totalidade do objeto.
- 7. Se a vencedora da licitação for cooperativa de trabalho, deverá apresentar no prazo de 02 (dois) dias úteis contado da data de adjudicação do objeto, os novos preços de cada produto e total para a contratação, a partir do valor total final obtido no certame.
- 7.1. Para a apuração dos novos preços, deverá ser expurgado o acréscimo indicado no subitem 2.3, do item V deste edital e o resultado da soma do novo preço total, com o valor do acréscimo expurgado, deverá ser igual ao valor total final obtido no certame;
- 7.2. Esses novos preços serão apresentados pela licitante vencedora, em nova planilha a ser entregue diretamente no Núcleo de Licitações e Contratos, sito à Avenida Professor Frederico Hermann Junior, 345 Prédio 1 6º andar Alto de Pinheiros, São Paulo, Capital.
- 7.3. Se a cooperativa deixar de cumprir a obrigação estabelecida no subitem 7, deste item VI, no prazo ali mesmo assinalado, os preços de cada produto e total final válido para a contratação, serão apurados pelo Contratante, com a aplicação do percentual que retrate a redução obtida entre o valor total oferecido na proposta inicial e o valor total final obtido no certame, sobre o preço unitário ofertado na referida proposta, observado ainda, o disposto no subitem 7.1 deste item VI.

VII - DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

- 1. À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.
- 2. A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:
- a) fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes de nova data e horário para a sua continuidade;
- b) durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no edital.
- 3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

VIII - DO PRAZO, DO LOCAL DE ENTREGA DOS SERVIÇOS



- 1. O prazo de entrega do objeto licitado deverá ser entregue em até 20 (vinte) dias corridos, contados da retirada da Nota de Empenho, ou em caso de envio por meio eletrônico, da confirmação de recebimento por parte da Contratada, e será entregue no COMANDO DE POLICIAMENTO AMBIENTAL, localizado na Rua: Colônia da Glória, 650 Vila Mariana São Paulo/SP.
- 2. O objeto desta licitação deverá ser entregue, em conformidade com o estabelecido no Anexo I deste Edital, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.

IX - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 1. O objeto da licitação será recebido, provisoriamente, em até 2 (dois) dias úteis, contados da data da entrega dos produtos, no local e endereço indicados no subitem 2 do item VIII anterior, acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura.
- 2. Havendo rejeição dos serviços executados, no todo ou em parte, diante da impossibilidade de serem refeitos, ou na hipótese de não serem estes executados, o valor respectivo será descontado da importância devida à CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 3. O recebimento do objeto se dará em caráter definitivo no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório de que trata deste subitem 1, uma vez verificada a execução satisfatória dos serviços, mediante termo definitivo de prestação de serviços, firmado pelo servidor responsável.

X – DA FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE DE PREÇOS

- 1. Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará ao COMANDO DE POLICIAMENTO AMBIENTAL, localizado na Rua: Colônia da Glória, 650 Vila Mariana São Paulo/SP, a respectiva nota fiscal/fatura.
- 1.1. A discriminação dos valores dos insumos, especialmente os dos serviços, exigida no subitem 2.1 do item III deste Edital, deverá ser reproduzida na nota fiscal/fatura apresentada para efeito de pagamento.
- 2. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias (Art. 2º do Decreto nº 32.117, de 10/08/1990, com redação dada pelo Decreto nº 43.914, de 26/03/1999), contado da data de entrada da nota fiscal/fatura, no protocolo do órgão indicado no subitem 1 deste item X supra e à vista do termo de recebimento definitivo ou recibo, de que trata o subitem 3 do item IX deste Edital.
- 3. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem 2 deste item X começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura, sem incorreções.
- 4. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da Contratada no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento.



- 5. O pagamento referente será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil S/A.
- 6. Havendo atraso no pagamento, sobre a quantia devida incidirá correção monetária nos termos do artigo 74 da Lei Estadual n.º 6.544/89, bem como juros moratórios, estes à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore", em relação ao atraso verificado.
- 7. Dos pagamentos que efetuar descontará e recolherá, os tributos a que estiver obrigada pela legislação vigente.
- 8. Não haverá reajuste do preço contratado.

XI – DA CONTRATAÇÃO

- 1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante a emissão da Nota de Empenho.
- 1.1. Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa, relativa a tributos federais e dívida ativa da União) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT ou Positiva com Efeitos de Negativa, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 1.2. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem 1.1 deste item XI, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo CADIN ESTADUAL"; e o site de Sanções Administrativas, os quais deverão ser consultados por ocasião da respectiva celebração.
- 1.4. Sendo a vencedora do certame cooperativa, deverá, na data da contração:
 - a) Demonstrar o registro da sociedade cooperativa perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 5.764, de 14 de julho de 1971;
 - b) Indicar o gestor encarregado de representá-la com exclusividade perante o contratante;
 - c) Declarar que manterá durante toda a vigência do contrato a condição de que trata o artigo 1º, parágrafo 1º, do Decreto Estadual nº 55.938/2010, alterado pelo Decreto Estadual 57.159/2011, sob pena de rescisão imediata.
- 2. A adjudicatária deverá no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação para contratação, efetivada por meio de publicação no Diário Oficial do



estado, confirmar o recebimento da Nota de Empenho enviada pela Administração por meio eletrônico ou comparecer ao Centro de Licitações e Contratos, à Avenida Professor Frederico Hermann Junior, 345 - Prédio 1 - 6º andar, Alto de Pinheiros, para sua retirada.

- 3. Quando a Adjudicatária deixar de comprovar a regularidade fiscal, nos moldes dos subitens "10" e "11", ou na hipótese de invalidação do ato de habilitação com base no disposto na alínea "e", do subitem "9" todos do item V ou, ainda, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que tratam os subitens 1.1, 1.3 e 1.4, deste item XI, serão convocadas as demais licitantes classificadas, para participar de nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração da contratação.
- 3.1 Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a 8 (oito) dias úteis, contados da divulgação do aviso.
- 3.2 A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo DOE e divulgação nos endereços eletrônicos www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br e www.imesp.com.br, opção "e-negociospublicos".
- 3.3 Na sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos subitens 7 a 10 do item V e subitens 1, 2, 3, 4 e 6 do item VI, todos deste Edital.

XII - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- 1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, c.c. o artigo 15 da Resolução CEGP-10 de 19 de novembro de 2002.
- 2. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na Resolução SMA nº 57, DE 12 DE JULHO DE 2013, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP e no sitio www.sancoes.sp.gov.br.

XIII - DA GARANTIA CONTRATUAL

1. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 2. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, observado o disposto no artigo 14, inciso XIII, do regulamento anexo à Resolução CC-27/2006, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.



- 3. O sistema manterá sigilo quanto a identidade das licitantes, para o pregoeiro até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta e para os demais, até a etapa de habilitação.
- 4. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos www.imesp.com.br, opção "enegociospublicos" e www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, opção "pregão eletrônico".
- 5. Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá, por meio do sistema eletrônico, solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico.
- 5.1. A impugnação, assim como os pedidos de esclarecimentos, será formulada em campo próprio do sistema, encontrado na opção EDITAL, sendo respondida pelo subscritor do Edital que decidirá no prazo de até 1 (um) dia útil, anterior à data fixada para abertura da sessão pública.
- 5.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública.
- 6. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro, e as questões relativas ao sistema, pelo Departamento de Controle de Contratações Eletrônicas DCC.
- 7. Integram o presente Edital:

Anexo I - Memorial Descritivo;

Anexo II - Planilha de Proposta;

Anexo III - Resolução SMA n.º 57, DE 12 DE JULHO DE 2013;

Anexo IV - Modelo de Declaração;

Anexo V - Termo de Ciência e Notificação.

8. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

São Paulo, 22 de julho de 2015.

MÁRCIO JOSÉ BATISTA

Subscritor do Edital

ANTONIO VAGNER PEREIRA

Chefe de Gabinete



Processo no: 3.099/2015

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 11/2015/FPBRN

Assunto: Processo de contratação de serviços comuns – Contratação de

serviço de confecção de impressos para o Comando de

Policiamento Ambiental.

Abertura da Sessão Pública: dia 07/08/2015, às 09h00

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO

1. SERVIÇO A SER CONTRATADO:

Contratação de Serviço para confecção dos impressos abaixo descritos e anexos:

IMPRESSO	Anexo
Boletim de Ocorrência Ambiental – PM O-5 BOPAmb/TC/TVA	01
Termo de Advertência	02
Notificação de Início de Incidência de Penalidade de Multa Diária	03
Termo de Apreensão	04
Termo de Destinação de Animais, Materiais e/ou Produtos Apreendidos (PM 0-51)	05
Termo de Embargo de Área, Obra e/ou Atividade	06
Termo de Demolição de Obra	07
Termo de Suspensão Total de Atividade	08
Termo de Comprovação de Propriedade de Petrechos de Pesca	09
Planilha de Fiscalização de Madeireiras	10
Solicitação de Bloqueio e/ou Desbloqueio de Pátio	11
Solicitação de Inativação de Veículo no Sistema DOF	12
Termo de Solicitação de Bloqueio/Desbloqueio do Acesso ao	
SISPASS Criador Amador/Comercial de Passeriformes da Fauna	13
Silvestre Nativa	
Tabela 01 - Características da Vegetação Secundária das Florestas	14
Ombrófilas e Estacionais - Bioma Mata Atlântica	14
Tabela 02 - Características Verificadas Durante a Vistoria Ambiental	15
Relatório de Serviço Policia Militar Ambiental	16

1.1.DESCRIÇÃO DO SERVIÇO:

1.1.1. A impressão dos formulários deverá utilizar a maior área possível da folha, sem comprometer a qualidade e informação necessária.

Boletim de Ocorrência Ambiental – PM O-5 BOPAmb/TC/TVA:



Formato Fechado: A4 – 21 x 29,7 cm; Formato Aberto: A3 - 42 x 29,7 cm, uma dobra, refile, impressão 1 X 1, cor Preta (frente e verso), vias brancas, Papel Offset 75g, 21 x 29,7cm; quantidade: 80.000 (oitenta mil) Boletins de Ocorrência;

Termo de Advertência:

Formato: 21 X 29,7 cm; primeira via papel autocopiativo Branco (para escrita manual), segunda via papel autocopiativo branco, impressão 1 X 0 (cor preto), blocagem e refile. Jogos com duas vias cada, em blocos com 25 jogos; quantidade:10.000 (dez mil) jogos;

Notificação de Início de Incidência de Penalidade de Multa Diária:

Formato: 21 X 29,7 cm; primeira via papel autocopiativo Branco (para escrita manual), segunda via papel autocopiativo branco, impressão 1 X 0 (cor preto), blocagem e refile. Jogos com duas vias cada, em blocos com 25 jogos; quantidade:10.000 (dez mil) jogos;

Termo de Apreensão:

Formato: 21 X 29,7 cm; primeira via papel autocopiativo Branco (para escrita manual), segunda via papel autocopiativo branco, impressão 1 X 0 (cor preto), blocagem e refile. Jogos com duas vias cada, em blocos com 25 jogos; quantidade:10.000 (dez mil) jogos;

Termo de Destinação de Animais, Materiais e/ou Produtos Apreendidos (PM 0-51):

Formato: 21 X 29,7 cm; primeira via papel autocopiativo Branco (para escrita manual), segunda via papel autocopiativo branco, impressão 1 X 0 (cor preto), blocagem e refile. Jogos com duas vias cada, em blocos com 25 jogos; quantidade:10.000 (dez mil) jogos;

Termo de Embargo de Área, Obra e/ou Atividade

Formato: 21 X 29,7 cm; primeira via papel autocopiativo Branco (para escrita manual), segunda via papel autocopiativo branco, impressão 1 X 0 (cor preto), blocagem e refile. Jogos com duas vias cada, em blocos com 25 jogos; quantidade:10.000 (dez mil) jogos;

Termo de Demolição de Obra

Formato: 21 X 29,7 cm; primeira via papel autocopiativo Branco (para escrita manual), segunda via papel autocopiativo branco, impressão 1 X 0 (cor preto), blocagem e refile. Jogos com duas vias cada, em blocos com 25 jogos; quantidade:10.000 (dez mil) jogos;

Termo de Suspensão Total de Atividade

Formato: 21 X 29,7 cm; primeira via papel autocopiativo Branco (para escrita manual), segunda via papel autocopiativo branco, impressão 1 X 0 (cor preto), blocagem e refile. Jogos com duas vias cada, em blocos com 25 jogos; quantidade:10.000 (dez mil) jogos;



Termo de Comprovação de Propriedade de Petrechos de Pesca

Formato: 21 X 29,7 cm; primeira via papel autocopiativo Branco (para escrita manual), segunda via papel autocopiativo branco, impressão 1 X 0 (cor preto), blocagem e refile. Jogos com duas vias cada, em blocos com 25 jogos; quantidade:10.000 (dez mil) jogos;

Planilha de Fiscalização de Madeireiras

Formato: 21 X 29,7 cm; primeira via papel autocopiativo Branco (para escrita manual), segunda via papel autocopiativo branco, impressão 1 X 0 (cor preto), blocagem e refile. Jogos com duas vias cada, em blocos com 25 jogos; quantidade:10.000 (dez mil) jogos;

Solicitação de Bloqueio e/ou Desbloqueio de Pátios

Formato: 21 X 29,7 cm; primeira via papel autocopiativo Branco (para escrita manual), segunda via papel autocopiativo branco, impressão 1 X 0 (cor preto), blocagem e refile. Jogos com duas vias cada, em blocos com 25 jogos; quantidade:10.000 (dez mil) jogos;

Solicitação de Inativação de Veículos no Sistema DOF

Formato: 21 X 29,7 cm; primeira via papel autocopiativo Branco (para escrita manual), segunda via papel autocopiativo branco, impressão 1 X 0 (cor preto), blocagem e refile. Jogos com duas vias cada, em blocos com 25 jogos; quantidade:10.000 (dez mil) jogos;

Termo de Solicitação de Bloqueio/Desbloqueio do Acesso ao SISPASS - Criador Amador/ Comercial de Passeriformes da Fauna Silvestre Nativa

Formato: 21 X 29,7 cm; primeira via papel autocopiativo Branco (para escrita manual), segunda via papel autocopiativo branco, impressão 1 X 0 (cor preto), blocagem e refile. Jogos com duas vias cada, em blocos com 25 jogos; quantidade:10.000 (dez mil) jogos;

<u>Tabela 01 - Características da Vegetação Secundária das Florestas Ombrófilas e Estacionais - Bioma Mata Atlântica</u>

Formato: 21 X 29,7 cm; primeira via papel autocopiativo Branco (para escrita manual), segunda via papel autocopiativo branco, impressão 1 X 0 (cor preto), blocagem e refile. Jogos com duas vias cada, em blocos com 25 jogos; quantidade:10.000 (dez mil) jogos;

Tabela 02 - Características Verificadas Durante a Vistoria Ambiental

Formato: 21 X 29,7 cm; primeira via papel autocopiativo Branco (para escrita manual), segunda via papel autocopiativo branco, impressão 1 X 0 (cor preto), blocagem e refile. Jogos com duas vias cada, em blocos com 25 jogos; quantidade:10.000 (dez mil) jogos;



Relatório de Serviço Policia Militar Ambiental

Formato: 21 X 29,7 cm; Papel Offset 75g, 21 x 29,7cm, impressão 1 X 1 (cor preto), blocagem e refile.

Blocos de 50 X 1 via; quantidade:100.000 (cem mil) Relatórios frente e verso;

2. Planilha de quantitativo:

ITEM	IMPRESSO	QUANTIDADE
1	Boletim de Ocorrência Ambiental – PM O-5 BOPAmb/TC/TVA	80.000 (oitenta mil)
2	Termo de Advertência	10.000 (dez mil)
3	Notificação de Início de Incidência de Penalidade de Multa Diária	10.000 (dez mil)
4	Termo de Apreensão	10.000 (dez mil)
5	Termo de Destinação de Animais, Materiais e/ou Produtos Apreendidos (PM 0-51)	10.000 (dez mil)
6	Termo de Embargo de Área, Obra e/ou Atividade	10.000 (dez mil)
7	Termo de Demolição de Obra	10.000 (dez mil)
8	Termo de Suspensão Total de Atividade	10.000 (dez mil)
9	Termo de Comprovação de Propriedade de Petrechos de Pesca	10.000 (dez mil)
10	Planilha de Fiscalização de Madeireiras	10.000 (dez mil)
11	Solicitação de Bloqueio e/ou Desbloqueio de Pátio	10.000 (dez mil)
12	Solicitação de Inativação de Veículo no Sistema DOF	10.000 (dez mil)
13	Termo de Solicitação de Bloqueio/Desbloqueio do Acesso ao SISPASS Criador Amador/Comercial de Passeriformes da Fauna Silvestre Nativa	10.000 (dez mil)
14	Tabela 01 - Características da Vegetação Secundária das Florestas Ombrófilas e Estacionais - Bioma Mata Atlântica	10.000 (dez mil)
15	Tabela 02 - Características Verificadas Durante a Vistoria Ambiental	10.000 (dez mil)
16	Relatório de Serviço Policia Militar Ambiental	100.000 (cem mil)

3. Disponibilidade de Modelo do Impresso do BO PAmb/TC/TVA:

Os modelos dos impressos deverão ser retirados pela Empresa vencedora no COMANDO DE POLICIAMENTO AMBIENTAL, localizado na Rua: Colônia da Glória, 650 – Vila Mariana – São Paulo/SP, CEP: 04113-001 – fone: 5085-2113, 5085-2115, por meio do contato com o 1º Tenente PM Leandro Ribeiro de Camargo Bauer, ou o 1º Tenente PM Décio Rodrigues de Oliveira.

4. PRAZOS PARA EXECUÇÃO:

4.1. 20 (vinte) dias corridos, a contar da emissão da nota de empenho.

5. Modelo do Arquivo digital:

5.1. Visando a garantia de se confeccionar os Impressos acima descritos, com base nas mais atuais alterações de legislação pertinente, a Empresa vencedora da licitação deverá retirar o arquivo digital



com modelo impresso a ser produzido, na Seção Operacional no Comando de Policiamento Ambiental, com o 1º Tenente PM Leandro Ribeiro de Camargo Bauer.

5.2. Visando a garantia da execução e entrega do material exatamente condizente com a nossa necessidade, a empresa vencedora que retirar o arquivo digital para confecção, deverá apresentar e disponibilizar para arquivo neste Comando de Policiamento Ambiental, em até 5 (cinco) dias corridos, da data da retirada, um modelo impresso final de sua confecção, na Seção Operacional no Comando de Policiamento Ambiental, para o 1º Tenente PM Leandro Ribeiro de Camargo Bauer, ou, ao Chefe da Divisão Operacional, para aprovação e liberação para confeccionar todo o serviço final.

DÉCIO RODRIGUES DE OLIVEIRA 1º Ten PM Ch Sec Log Intº



ANEXO I-A

POLÍCIA MILITAR DO	BOLETIM DE OCORRÊNCIA AMBIENTAL TERMO CIRCUNSTANCIADO TERMO DE VISTORIA AMBIENTAL DATA DE BUSSADO DOCUMENTO DE OCORRO DA OPM HOMBERO DE TERMO DE COMPOS DA OPM HOMBERO DE TERMO DE COMPOS DA OPM HOMBERO DE TERMO DE COMPOS DA OPM HOMBERO DE TERMO DE COMPOS						
ESTADO DE SÃO PAULO	IN PL						
ORIGEM DA CO	D M U N I C A Ç Ä O						
DENÉNDA COMUNIC COMO FOI SOLICITADO O ATENDIMENTO DA COMPRENDA O DETERMINA DI DIRETAMENTE À GUARNIÇÃO DETERMINA CUALIFICADO COMO ENVOLVIDO TILEGRADOURO FORNECIDO (AV. RUA, NÚMERO, E	ADD PELA ADM						
SIM	COMPLEMENTO (ANDAR, APTO, BLDCO, ETC)						
DADOS DA O							
NATUREZA DO FATO	PREFIXO DA VIATURA CÓD DOR SETOR DATA DO FATO						
MUNICIPO	OPM HORA DO PATO HORA LOCAL HORA FINAL						
LOGRACOURO (AY. RUA, NÚMERO, ETC)	COMPLEMENTO (ANDAR, APTO, BLOCO, ETC)						
BAIRRO PONTO DE REFERÊN	☐ LREANA ☐ RURAL						
TIPO LONG. CONTROS CONTROS CONTROS	0 9 99 LAT. 0 9 9 PAREA EM HA						
SANÇÕES ADMINISTRATIVAS IMPOSTAS EMBARGO SUSPENSÃO PARDIAL SUSPENSÃO TO	DTAL APREENSÃO SUSPENSÃO DE VENDA ADVERTÊNCIA						
ATENJANTES AGRAVANI	res VALOR DA MULTA						
QUALIFICAÇÃO D	OSENVOLVIDOS						
	TOR = CA PEDESTRE = I'E TESTEMUNHA = 1 PARTENÃO DEFINIDA = I'' RETÁRIO = I''R PASSAGEIRO = I'A ADMINISTRADOR = AUM						
D . CONDIÇÃO NOME COMPLETO (NÃO ABREVIAR)	ag oc uf						
A CRIANCA (MENOR DE 12 ANOS) D ADOLESCENTE (DE 12 A 11 ANOS)	MAE						
S NACIONALIDADE NATURALIDADE	UF SEXO DATA DE NASCIMENTO						
p CUTIS (PELE) ESTADO CIVIL PROFISSAO	DUTRO DOC NUMBRO						
S LOGRADOURD (AV. RUA, NUMERO, ETC)	COMPLEMENTO (ANDAR, APTO, BLOCO, ETC)						
S MUNICIPIC A MUNICIPIC	,						
I S CEP DOD TELEFONE	PONTO DE REFERENCIA						
F NOME DA SWIPRESA	LOGRADOURD (AV. RUA, NUMERO, ETC)						
N C COMPLEMENTO (ANDAR, APTO, BLOCO, ETC) BAIRRO	MUNICPIO						
O N CEP DOD TELEFONE	PONTO DE REFERENCIA						
YEARAO DO ENVOLVIDO							



	QUALIFICAÇÃO DO S ENVOLVIDO S															
CONDIÇ	ÃO: AUTOR DIR							JTOR • CA				TESTE			ÃO DEFI	NIDA = 17
N°	AUTOR INC	NOME CO	VÍTIMA -	V IO ARRE	SINDI	CADO • S	PROP	RETÁRIO •	IN PA	SSAGE	IRD • I	'A ADVIN	STRADOR •	ADM		dur
											1			1.1	ıΙ	l ,
	CRIANÇA (MI			PAI						Ň	AAE					
	ADDLESCENT	E (DE 12 A 1	T ANDS)			NATURAL	10105				UE	SEXO		- Instant	E NASCI	
8						NAT CHAL					Γ.		C. D FEN			l .
P OU	TIS (PELE)		ESTADO O	JML		PROFISS	AD					OUTRO DOC	NUMERO			
8 LO																
8	GRADOURO (AV.	RUA, NUMER	10, ETC)									COMPLEME	NTO (ANDAR	, APTO, B	L000, E	TC)
O ZA	IRRO						MUNICIPI	0								
8 ==			1000		FONE			PONTO D								
•				TELES				PONTO D	E REFER	SNOA						
F NO	ME DA EMPRESA								LOGRA	DOURG	(AV, 8	RUA, NUMERI	D, ETC)			
N L																
اة ا	MPLEMENTO (A)	DAR, APTO,	BLOCO, ETC	9	BAIRR						M	JNOPIO				
FUNC-ONA-8	•		000	TELES	FONE			PONTO D	E REFER	ADM						
8			<u> </u>	ш	ш	\perp	\perp									
VERSAL	O BO EMICENDO	,														
-																
<u> </u>																
1																
			QI	JAL	IFI(CAÇ	ÄO D	OSE	NV	O L	VID	0 \$				
CONDIC	ÃO: AUTOR DIR		CONDUTO	OR • C	NOIC	ADD • I	CO-AL	OS E	PE	DESTR	E - PE	TESTE	/UNHA = 1		ÃO DEFI	NDA = 17
CONDIC	AUTOR INC	IRETO - AI	CONDUTO VÍTIMA =	OR • C	NOIC	ADD • I	CO-AL	JTCR = CA	PE	DESTR	E - PE					
N	AUTOR INC	IRETO - AI	CONDUTO	OR • C	NOIC	ADD • I	CO-AL	JTCR = CA	PE	DESTR	E • I'E IRO • I	TESTEI 'A ADMIN	STRADOR -			NDA = P
D A	AUTOR INC	NOME CO	CONDUTO VÍTIMA - DIVIPLETO (VA	OR • C	NOIC	ADD • I	CO-AL	JTCR = CA	PE	DESTR	E • I'E IRO • I	TESTEI 'A ADMIN				
D [CONDIÇÃO CRIANÇA (MS ADDLESCENT	NOME CO	CONDUTO VÍTIMA - DIVIPLETO (VA	OR = C V AO ABRE	NOIC	IADO = 1 CADO = 3	CO-AL PROPI	JTCR = CA	PE	DESTR	E • I'E IRO • I	TESTEI 'A ADVIN	STRADOR -	AUM		eus L
D [AUTOR INC	NOME CO	CONDUTO VÍTIMA - DIVIPLETO (VA	OR = C V AO ABRE	NOIC	ADD • I	CO-AL PROPI	JTCR = CA	PE	DESTR	E = I'E SIRO = I RG WAE	TESTEI 'A ADMIN	STRADOR -	ADM		eus I
D CO	CONDIÇÃO CRIANÇA (MS ADDLESCENT	NOME CO	CONDUTO VÍTIMA - DIVIPLETO (VA	OR • C V AO ABRE	NOIC	IADO = 1 CADO = 3	PROPI	JTCR = CA	PE	DESTR	E = I'E SIRO = I RG WAE	TESTER ADVIN	STRADOR -	ADM		eus I
D E	AUTOR INC CONDIÇÃO CONDIÇÃO CRIANÇA (ME ADOLESCENT DONAUDADE TIS (PELE)	NOME CO	CONDUTO VÍTIMA = CMPLETO (NA NOS) T ANOS)	OR • C V AO ABRE	NOIC	ADD • S	PROPI	JTCR = CA	PE	DESTR	E = I'E SIRO = I RG WAE	TESTEI "A ADMIN SEXO MAS	STRADOR •	DATA	NE NASCI	MENTO
D A CONA	AUTOR INC CONDIÇÃO CRIANÇA (MS ADOLESCENT CONALIDADE TIS (PELE) GRADOURO (AV.	NOME CO	CONDUTO VÍTIMA = CMPLETO (NA NOS) T ANOS)	OR • C V AO ABRE	NOIC	ADD • S	CO-AL PROPI	UTOR = CA	PE	DESTR	E = I'E SIRO = I RG WAE	TESTEI 'A ADMIN	STRADOR •	DATA	NE NASCI	MENTO
D A CONA	AUTOR INC CONDIÇÃO CONDIÇÃO CRIANÇA (ME ADOLESCENT DONAUDADE TIS (PELE)	NOME CO	CONDUTO VÍTIMA = CMPLETO (NA NOS) T ANOS)	OR • C V AO ABRE	NOIC	ADD • S	PROPI	UTOR = CA	PE	DESTR	E = I'E SIRO = I RG WAE	TESTEI "A ADMIN SEXO MAS	STRADOR •	DATA	NE NASCI	MENTO
D A CO	AUTOR INC CONDIÇÃO CRIANÇA (ME CRIANÇA (M	NOME CO	CONDUTO VÍTIMA = CMPLETO (NA NOS) T ANOS)	DR = C V NO ABRE PAI	NOIC	ADD • S	CO-AL PROPI	UTOR = CA	PE PA	ASSAGE	E = I'E SIRO = I RG WAE	TESTEI "A ADMIN SEXO MAS	STRADOR •	DATA	NE NASCI	MENTO
D A [O NA S S C S S C S S C S S C S S C S S C S S C S S C S C S S C S S C S C S S C S	AUTOR INC CONDIÇÃO CORANÇA (ME ADOLESCEMI DIONALIDADE TIS (PELE) GRADOURO (AV.	IRETO - AI NOME CO NOR DE 12 A 15 (DE 12 A 1	CONDUTE VITIMA = SIMPLETO (NA NOS) IT ANOS) ESTADO C	DR = C V NO ABRE PAI	NOIC SINDI	ADD • S	CO-AL PROPI	UTOR = CA	PE PA	SOSTR ASSAGE I	E = IPE SIRD = I RG	TESTER ADMINI SEXO MAS OUTRO DOC COMPLEME	C PENNICO (ANDAR	DATA	NE NASCI	MENTO
D I I I I I I I I I I I I I I I I I I I	AUTOR INC CONDIÇÃO CRIANÇA (ME CRIANÇA (M	IRETO - AI NOME CO NOR DE 12 A 15 (DE 12 A 1	CONDUTE VITIMA = SIMPLETO (NA NOS) IT ANOS) ESTADO C	DR = C V NO ABRE PAI	NOIC SINDI	NATURAL PROFISS	CO-AL PROPI	UTOR = CA	PE PA	SOSTR ASSAGE I	E = IPE SIRD = I RG	TESTEI "A ADMIN SEXO MAS	C PENNICO (ANDAR	DATA	NE NASCI	MENTO
D I I I I I I I I I I I I I I I I I I I	AUTOR INC CONDIÇÃO CORANÇA (ME ADOLESCEMI DIONALIDADE TIS (PELE) GRADOURO (AV.	IRETO - AI NOME CO INDR DE 12 A 15 (DE 12 A 1	CONDUTO VITIMA = DIMPLETO (NA NIOS) T ANOS) ESTADO C ESTADO C DOO	PAI TELE	NOIC SINDI	NATURAL PROFISS	CO-AL PROPI	UTOR = CA	PE PA	SOSTR ASSAGE I	E = PE RG = I RG UF	TESTER ADMINI SEXO MAS OUTRO DOC COMPLEME	C PENNICO (ANDAR	DATA	NE NASCI	MENTO
D I I I I I I I I I I I I I I I I I I I	AUTOR ING CONGICAD CONGICAD CONGICAD CONGICAD CONGICAD ADDISSOR CONGICAD TIS (PELS) GRADOURD (AV. IRRO P ME DA EMPRESI MPLEMENTO (AV.	IRETO - AI NOME CO INDR DE 12 A 15 (DE 12 A 1	CONDUTO VITIMA = MINDLETO (NA NINDS) IT ANOS) ESTADO C BLOCO, STC	PAI TELE	NDIO SINDI	NATURAL PROFISS	CO-AL PROPI	JTOR = CA RETÁRIO =	PEPER	SOESTRE SASSAGE	E = PE RG = I RG UF	TESTER ADMINI SEXO MAS OUTRO DOC COMPLEME	C PENNICO (ANDAR	DATA	NE NASCI	MENTO
D I I I I I I I I I I I I I I I I I I I	AUTOR ING CONGICAD CONGICAD CONGICAD CONGICAD CONGICAD ADDISSOR CONGICAD TIS (PELS) GRADOURD (AV. IRRO P ME DA EMPRESI MPLEMENTO (AV.	IRETO - AI NOME CO INDR DE 12 A 15 (DE 12 A 1	CONDUTO VITIMA = DIMPLETO (NA NIOS) T ANOS) ESTADO C ESTADO C DOO	PAI TELE	NDIO SINDIF	INATURAL PROFISS	CO-AL PROPI	UTOR = CA	PEPER	SOESTRE SASSAGE	E = PE RG = I RG UF	TESTER ADMINI SEXO MAS OUTRO DOC COMPLEME	C PENNICO (ANDAR	DATA	NE NASCI	MENTO
DA CU CO	AUTOR ING CONGICAD CONGICAD CONGICAD CONGICAD CONGICAD ADDISSOR CONGICAD TIS (PELS) GRADOURD (AV. IRRO P ME DA EMPRESI MPLEMENTO (AV.	IRETO - AI NOME CO INDR DE 12 A 15 (DE 12 A 1	CONDUTO VITIMA = MINDLETO (NA NINDS) IT ANOS) ESTADO C BLOCO, STC	PAI TELE	NDIO SINDI	INATURAL PROFISS	CO-AL PROPI	JTOR = CA RETÁRIO =	PEPER	SOESTRE SASSAGE	E = PE RG = I RG UF	TESTER ADMINI SEXO MAS OUTRO DOC COMPLEME	C PENNICO (ANDAR	DATA	NE NASCI	MENTO
D I I I I I I I I I I I I I I I I I I I	AUTOR ING CONGICAD CONGICAD CONGICAD CONGICAD CONGICAD ADDISSOR CONGICAD TIS (PELS) GRADOURD (AV. IRRO P ME DA EMPRESI MPLEMENTO (AV.	IRETO - AI NOME CO INDR DE 12 A 15 (DE 12 A 1	CONDUTO VITIMA = MINDLETO (NA NINDS) IT ANOS) ESTADO C BLOCO, STC	PAI TELE	NDIO SINDIF	INATURAL PROFISS	CO-AL PROPI	JTOR = CA RETÁRIO =	PEPER	SOESTRE SASSAGE	E = PE RG = I RG UF	TESTER ADMINI SEXO MAS OUTRO DOC COMPLEME	C PENNICO (ANDAR	DATA	NE NASCI	MENTO
D I I I I I I I I I I I I I I I I I I I	AUTOR ING CONGICAD CONGICAD CONGICAD CONGICAD CONGICAD ADDISSOR CONGICAD TIS (PELS) GRADOURD (AV. IRRO P ME DA EMPRESI MPLEMENTO (AV.	IRETO - AI NOME CO INDR DE 12 A 15 (DE 12 A 1	CONDUTO VITIMA = MINDLETO (NA NINDS) IT ANOS) ESTADO C BLOCO, STC	PAI TELE	NDIO SINDIF	INATURAL PROFISS	CO-AL PROPI	JTOR = CA RETÁRIO =	PEPER	SOESTRE SASSAGE	E = PE RG UF	TESTER ADMINI SEXO MAS OUTRO DOC COMPLEME	C PENNICO (ANDAR	DATA	NE NASCI	MENTO
D I I I I I I I I I I I I I I I I I I I	AUTOR ING CONGICAD CONGICAD CONGICAD CONGICAD CONGICAD ADDISSOR CONGICAD TIS (PELS) GRADOURD (AV. IRRO P ME DA EMPRESI MPLEMENTO (AV.	IRETO - AI NOME CO INDR DE 12 A 15 (DE 12 A 1	CONDUTO VITIMA = MINDLETO (NA NINDS) IT ANOS) ESTADO C BLOCO, STC	PAI TELE	NDIO SINDIF	INATURAL PROFISS	CO-AL PROPI	JTOR = CA RETÁRIO =	PEPER	SOESTRE SASSAGE	E = PE RG UF	TESTER ADMINI SEXO MAS OUTRO DOC COMPLEME	C PENNICO (ANDAR	DATA	NE NASCI	MENTO
D I I I I I I I I I I I I I I I I I I I	AUTOR ING CONGICAD CONGICAD CONGICAD CONGICAD CONGICAD ADDISSOR CONGICAD TIS (PELS) GRADOURD (AV. IRRO P ME DA EMPRESI MPLEMENTO (AV.	IRETO - AI NOME CO INDR DE 12 A 15 (DE 12 A 1	CONDUTO VITIMA = MINDLETO (NA NINDS) IT ANOS) ESTADO C BLOCO, STC	PAI TELE	NDIO SINDIF	INATURAL PROFISS	CO-AL PROPI	JTOR = CA RETÁRIO =	PEPER	SOESTRE SASSAGE	E = PE RG UF	TESTER ADMINI SEXO MAS OUTRO DOC COMPLEME	C PENNICO (ANDAR	DATA	NE NASCI	MENTO
D I I I I I I I I I I I I I I I I I I I	AUTOR ING CONGICAD CONGICAD CONGICAD CONGICAD CONGICAD ADDISSOR CONGICAD TIS (PELS) GRADOURD (AV. IRRO P ME DA EMPRESI MPLEMENTO (AV.	IRETO - AI NOME CO INDR DE 12 A 15 (DE 12 A 1	CONDUTO VITIMA = MINDLETO (NA NINDS) IT ANOS) ESTADO C BLOCO, STC	PAI TELE	NDIO SINDIF	INATURAL PROFISS	CO-AL PROPI	JTOR = CA RETÁRIO =	PEPER	SOESTRE SASSAGE	E = PE RG UF	TESTER ADMINI SEXO MAS OUTRO DOC COMPLEME	C PENNICO (ANDAR	DATA	NE NASCI	MENTO
D I I I I I I I I I I I I I I I I I I I	AUTOR ING CONGICAD CONGICAD CONGICAD CONGICAD CONGICAD ADDISSOR CONGICAD TIS (PELS) GRADOURD (AV. IRRO P ME DA EMPRESI MPLEMENTO (AV.	IRETO - AI NOME CO INDR DE 12 A 15 (DE 12 A 1	CONDUTO VITIMA = MINDLETO (NA NINDS) IT ANOS) ESTADO C BLOCO, STC	PAI TELE	NDIO SINDIF	INATURAL PROFISS	CO-AL PROPI	JTOR = CA RETÁRIO =	PEPER	SOESTRE SASSAGE	E = PE RG UF	TESTER ADMINI SEXO MAS OUTRO DOC COMPLEME	C PENNICO (ANDAR	DATA	NE NASCI	MENTO



	CARACTERIZA	AÇÃO AMBIEN	TAL DA AREA	
EMPREENDIMENTO PROPOSTO				
RELEVO/TOPOGRAFIA E VEGETAÇ	ÃO DA ÁRSA			
INTERVENÇÃO EM CURSO D'ÁGUA	E/OU ÁREA DE PRESERVAÇÃO PER	MANENTE		
INTERVENÇÃO EM UNIDADE DE CO	NSERVAÇÃO E/OU EM ZONA DE AM	VORTECIMENTO		
LICENÇAS EXISTENTES				
	ROT	EIRO DE ACES	s s o	
				<u> </u>
	CROQU	JI DE LOCALIZ	ZAÇÃO	
				
	······································		************	



RELATÓRIO DA	AUTORIDADE POLICIAL	
INTEGRANT NATUREZA DA OCORRÊNDA	ESDAGUARNIÇÃO	SETOR DATA DO FATO
RE DC NOME DE GUERRA	RE DC NOME DE GUERRI	
, , , , , ,		
RE DC NOME DE GUERRA	RE DC NOME DE GUERRA	
	ENTOSANEXOS	
AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL TERMO DE APREENSÃ	O TERMO DE DEPÚSITO	TERMO DE DESTINAÇÃO
LAUDO TÉCNICO FOTOS	ORDEM JUDICIAL	OUTROS
	ABORADOR	
DATA RE DC POSTO/GRADINOME	DE GUERRA ASSINATURA	
COMANDA	NTE DA OPM/AMB	
PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES		
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
DATA POSTO/GRADJAÇÃO NOME DE GUERRA	ASSINATURA	



ANEXO I-B

GO!	VERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO	TERMO DE								
(SIP)	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE									
C00	RDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	ADVERTÊNCIA								
COM	COMANDO DE POLICIAMENTO AMBIENTAL									
	REFERÊNCIA	<u> </u>								
N° BO/Amb N° AUTO DE INFRAÇÃO	DAUTUADO									
	ADVERTÊNCIA									
Nos termos do artigo 9º, pa	Nos termos do artigo 9º, parágrafo 3º da Resolução SMA Nº 48, de 26 de maio de 2014, fica o autuado, qualificado no auto referenciado. ADVERTIDO a adotar as providências abaixo descritas.									
 	s para a cessação da irregularidade.	oalxo descritas.								
l	·									
madeireiro por tipo, es	ficultar a ação fiscalizadora do Poder Público pécie taxonômica e dimensões, de modo a p estais e produtos florestais processados.									
Não mais incorrer na p	orática de novas infrações ambientais.									
Abandonar a área.										
Outras providências p	ertinentes descritas abaixo:									
	ATENDIMENTO AMBIENTAL AGENDADO	DΔDΔ•								
DATA HORA A	GENDADA 27. ENDEREÇO DO ATENDIMENTO	28. NÚMERO								
29. BAIRRO 30. MUN	ICIPIO	31. TELEFONE								
	OBSERVAÇÕES									
	ormente que o autuado é reincidente, a pres a penalidade de MULTA SIMPLES.	sente penalidade de ADVERTÊNCIA								
2. Caso o autuado deixe de	sanar as irregularidades no prazo estipulad									
	de multa relativa à infração praticada, sem ecreto 60.342 de 04 de abril de 2014.	prejuizo dos prazos para defesa e								
	CIÊNCIA									
DATA RG	ASSINATURA									
	ELABORAÇÃO									
DATA RE	DC POSTO/GRAD E NOME	ASSINATURA								
1º Via - Autuado 2º Via - Processo	l l	ANEXO 2 - GPO - VERSÃO OUT14								

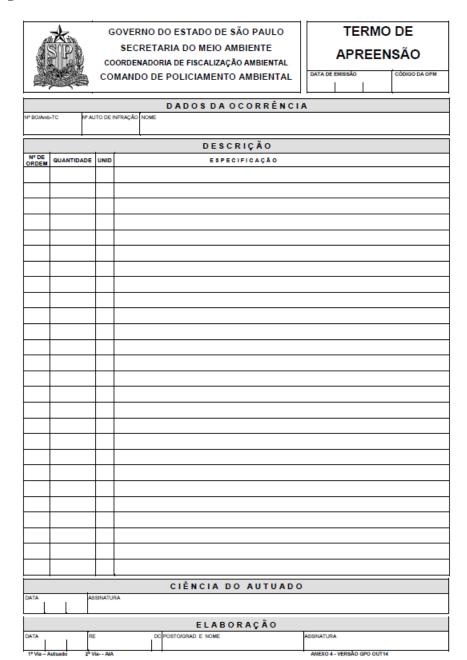


ANEXO I-C

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE						INCIDÊNCIA DE PENALIDADE						
COMANDO DE POLICIAMENTO AMBIENTA						DE MULTA DIÁRIA DATA DE EMISSÃO CÓDIGO DA OPM NÚMERO						
				<u> </u>	<u>L</u>		<u> Ш</u>					
DADOS BASICOS												
NOME / RAZAO SOCIAL				CPF/CN	PJ			R	G			
ENDEREÇO DO LOCAL OB	BJETO DA AUTUAÇÃO											
COMPLEMENTO				BAIRRO								
MUNICÍPIO		UF CEP		TELEFO	ONE F	RESIDENCIAL			TELEFONE CE	LULAR		
E-MAIL						CA	AIXA POST	AL	l			
		FUN	DAME	NTA	١Ç	ÃO						
№ BO/Amb N°	AUTO DE INFRAÇÃO DATA		NÃO CUI						CUMPRIMEI DE OBRA OU	NTO DO EMB. ATIVIDADE	ARGO	
DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	OX.											
	que o cometimento da											
	ontidas no Auto de Infra o de MULTA DIÁRIA .	ação Ambien	tal referen	ciado,	, NO	OTIFICO	que a	contar	da data de	ciencia, es	stará	
	TII	PIFICAÇ	AO D	ΑΙ	ΙN	FRAÇ	ΑO					
Lei Federal nº 9.605 Decreto Estadual nº	i, de 1998; Decreto Federa	l nº 6.514, de 2	2008;	ART	160	DA RESOLU	ÇÃO SMA	048/14 INF	RINGIDO			
MULTA DIÁRIA NO	VALOR DE: R\$],	50, cer	,00 nto)	(cinquen	ta reais da mul	s) nem	superior a	ser inferior a 10% (de: a cominada	z por	
SANÇÃO IMPO	OSTA CONFORME INC PELO INCISO I									LAMENTAL	00	
		O E	SERV	ΑÇ	ÃC)						
Ocorrerá a INTER	RRUPÇÃO DA PENALI	DADE DE M	ULTA DIÀ	RIA a	pa	rtir da da	ta em q	ue o au	tuado apre	sentar ao ó	rgão	
	cumentos que comprov	_	•		•					uto de Infra	ação	
	emos do artigo 12, pará											
A CELEBRAÇÃ	ÃO DE TERMO DE COI AMBIENTAI	MPROMISSO L SUSPENDI							DANOS CO	M O ORGA	ÃO.	
			CIÊN	CIA								
DATA	ASSINATURA											
		TE	STEM	JNH	ΙA	S						
NOME COMPLETO (TESTE	MUNHA-01)					R	G				UF	
NOME COMPLETO (TESTE	MUNHA-02)					R	G				UF	
		EL	ABOR	ΑÇ	ÃC	0						
DATA	RE DC P	OSTO/GRAD E N		,			ASSINATU	RA				
# Via - Autuado 3	Via - Processo				_				ANEXO 3 - OR	O - VERSÃO OU		



ANEXO I-D





ANEXO I-E

POLICIA MILITAR DO	MATERIAIS E OU PRODUTOS APREENDIDOS											
ESTADO DE SÃO PAULO	DATA DE EMISSÃO CÓDIGO DA OPM NÚMERO N° FL.											
DADOS DA O	CORRÊNCIA											
N° BOJANI-TC N° AUTO DE INFRAÇÃO NOME												
TIPO DE DESTINAÇÃO												
TIPO DE DESTINAÇÃO												
□ DEPÓSITO □ DOAÇÃO □ DESTRUIÇÃO □ LIBERTAÇÃO □ OUTROS:												
	RIÇÃO											
ORDEM GUANTIDADE UNID ESPEC	IFICAÇÃO											
LOCAL DE DESTINAÇÃO E RECEBEDOR												
RAZÃO SOCIAL (LOCAL DA DESTINAÇÃO)												
ENDEREÇO (AV., RUA, NÚMERO, ETC)	COMPLEMENTO (ANDAR, APTO, BLOCO, ETC)											
BAIRRO MUNICIPI	0											
CEP DOD TELEFONE FAX	LONG. Q 23 LAT. Q 33											
NOME COMPLETO (RECEBEDOR E RESPONSAVEL)	RG DC UF											
ENDEREÇO RESIDENCIAL (AV., RUA, NÚMERO, ETC)	PLEMENTO (ANDAR, APTO, BLOCO, ETC) BAIRRO											
MUNICIPIO CEP DOI	TELEFONE ASSINATURA											
	ITO DO DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE											
NOME COMPLETO (TESTEMUNHA-01)	MUNHAS RG DC UF											
ENDEREÇO RESIDENCIAL (AV., RUA, NÚMERO, ETC)	PLEMENTO (ANDAR, APTO, BLOCO, ETC) BAIRRO											
MUNICÍPIO LIF CEP	DOD TELEFONE ASSINATURA											
NOME COMPLETO (TESTEMUNHA-02)	RG DCUF											
ENDEREÇO RESIDENCIAL (AV., RUA, NÚMERO, ETC)	PLEMENTO (ANDAR, APTO, BLOCO, ETC) BAIRRO											
MUNICIPIO UF CEP	DOD TELEFONE ASSINATURA											
	RAÇÃO											
DATA RE DC POSTOIGRAD E NOME DE GI												
PM 0-51 1* Via - Autuado 2* Via - Processo	ANEXO 5 – GPO VERSÃO OUT14											



ANEXO I-F

GOVERNO DO ESTADO DE SECRETARIA DO MEIO. COORDENADORIA DE FISCALIZA	TERMO DE EMBARGO DE OBRA, ÁREA E/OU ATIVIDADE					
COMANDO DE POLICIAMENT	COMANDO DE POLICIAMENTO AMBIENTAL			DATA	OPM	
	DADOS	BÁSICO:	s			
NOME / RAZÃO SOCIAL		CPF/CNPJ		R	eG .	
ENDEREÇO DO LOCAL OBJETO DA AUTUAÇÃO		-				
COMPLEMENTO		BAIRRO				
MUNICIPIO	UF CEP	TELEFONE	RESIDEN	CIAL	TELEFONE CELULAR	
E-MAIL				CAIXA POSTAL	l	
	LOC	AL				
Nº AUTO DE INFRAÇÃO ÁREA TOT.	AL DA PROPRIEDADE E	M HECTARES (ha)	ÁREA EN	BARGADA EM HECTARI	ES (he)	
	POLIG	ONO (F	ormato: H	iddd° mm' ss,s* ; Datur	m: WGS 84 / SIRGAS-2000)	
COORDENADAS GEOGRÁFICAS PONTO 01: Let: Long:		COORDENADAS GE	OGRÁFIC	AS PONTO 02:		
COORDENADAS GEOGRÁFICAS PONTO 03 Let: Long:		COORDENADAS GE Let:	OGRÁFIC	AS PONTO 04: Long:		
COORDENADAS GEOGRÁFICAS PONTO 05: Let: Long:		COORDENADAS GE Let:	OGRÁFIC	AS PONTO 06: Long:		
COORDENADAS GEOGRÁFICAS PONTO 07: Let: Long:		COORDENADAS GE Let:	OGRÁFIC	AS PONTO 08: Long:		
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE:						
ESTÁGIO DA OBRA						
NIVELAMENTO DO TERRENO GABARITO F	_		_	_	ABAMENTOS FINALIZADA	
Nos termos da legislação em vigor, con	n base no inciso			rt. 15 da Resoli	ução SMA nº 048 de	
26Mai14, PROCEDO O EMBARGO D obedecer às determinações legais ou re)A OBRA, ÁRI	EA E/OU AT	TIVIDA	DE ORA MEN	ICIONADA, por não	
-	OBSERV	/AÇŐES				
1. O embargo de obra ou atividade e	está restrito ao	local onde				
ambiental, não alcançando as demai ou posse ou não correlacionadas cor		ealizadas em	areas	s não embarga	das da propriedade	
2. O descumprimento total ou parcia	al de embargo	, sem preju	zo da	s demais pena	alidades, ensejará a	
aplicação cumulativa das seguintes s a) Suspensão da atividade que origi		e da venda	de nro	vdutoe ou eubr	produtoe criadoe ou	
produzidos na área ou local objeto do			de pro	odutos ou subj	orodatos criados ou	
b) Cancelamento de registros, licer		zações de	funcio	namento da a	tividade econômica	
junto aos órgãos ambientais e de fisc						
DATA RG	C I Ë N					
	ELABO	RAÇÃO				
DATA RE DC P	OSTO/GRAD E NOME			ASSINATURA		
1ª Via - Autuado 2ª Via - Processo				ANEXO 6	- GPO - VERSÃO OUT14	



ANEXO I-G

a the	GOVERNO DO ES	TADO DE SÃO	TERMO DE								
	SECRETARIA I	DO MEIO AMBI	ENTE	DEMOLIÇÃO DE OBRA							
	COORDENADORIA DE	FISCALIZAÇÃO AI	MBIENTAL	BO/PAMB N°	DATA	OPM					
	COMANDO DE POLI	CIAMENTO AN	MBIENTAL								
		DADO	S BÁ	SICOS							
NOME / RAZÃO BOCIA	L DO AUTUADO		c	PF/CNPJ	ı	RG					
ENDEREÇO DO LOCAL	OBJETO DA AUTUAÇÃO										
COMPLEMENTO BAIRRO											
MUNICIPIO		UF CEP	T	ELEFONE RESIDENCIA	L	TELEFONE CELULAR					
E-MAIL				C.	AIXA POSTAL						
		- 1	OCAL								
Nº AUTO DE INFRAÇÃO				DA ĀREA EMBARGADA I	EM HECTARES (he)						
COORDENADAS GEOG	PÁFICAS PONTO 01:	PO	LIGON			atum: WGS 84 / SIRGAS-2000)					
Let	Long:		l at	NADAS GEOGRÁFICAS	Long						
COORDENADAS GEOG Lat	RÁFICAS PONTO 03 Long:		COORDE Let:	NADAS GEOGRÁFICAS	PONTO 64: Long:						
COORDENADAS GEOG	RÁFICAS PONTO 05:		COORDE	NADAS GEOGRÁFICAS	PONTO 06: Long:						
COORDENADAS GEOG			COORDE	NADAS GEOGRÁFICAS							
Let	Long:		Let:		Long:						
ESTÁGIO DA OBRA: NIVELAMENTO D	O TERRENO GABARITO	FUNDAÇÃO	PAREDE	8 DIAJE D	COBERTURA	ACABAMENTO8					
FINALIZADA					_	ACAD MICHIGO					
Considerand			M AMPLIAÇÃO ÃO CONTO		outro:	e encontra em área					
ambientalme	nte protegida, ou	em desacor	rdo com	a legislação	ambiental,	ou não atende às					
						arização, conforme e deverá proceder a					
DEMOLIÇÃO		uyuo omin 40	2014, 110	a o autuado ci	ENTE de qu	e devera proceder a					
	o poderá ser feita Ambiental, após a de					zo assinalado pela sa ou Recurso.					
						rt. 76 da Resolução					
						uando devidamente do à regularização,					
correção ou	adoção de medio	las de conti				mbiental", além de					
	a sanção de Multa D		. " -			"					
	do paragrafo 2°, do a ão de responsabilida			MA-048/14, as	DESPESAS	para a realização da					
		(CIÊNCI	Α							
DATA	RG	ASI	SINATURA								
	<u> </u>	TES	STEMU	NHA							
DATA	RG		SINATURA								
	l										
		ELA	BORA	ÇÃO							
DATA	RE D	C POSTO/GRAD E N	OME		ASSINATURA						
AND Autority					AMENO						



ANEXO I-H

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL					TERMO DE SUSPENSÃO TOTAL DE ATIVIDADE BOJPAMB N° DATA OPM							
	COMANDO DE POLICIAMENTO AMBIENT						DATA		OPM			
DADOS BÁSICOS												
NOME / RAZÃO SOCIAL CPF/CNPJ RG												
ENDEREÇO DO LOCAL OBJETO DA AUTUAÇÃO												
COMPLEMENTO BAIRRO												
MUNICIPIO		UF	CEP	TELEF	ONE F	RESIDENCIAL		TELEF	ONE CELULAR			
E-MAIL						CAL	XA POSTAL					
Nº AUTO DE INFRAÇÃO		ĀREA TOTAL DA I	LOCA PROPRIEDADE EN		(he)	ÁREA EMBAR	GADA EM HECTAR	ES (he)				
,					,			(,				
			POL	IGON			: gg° mm' ss,s* ; D	atum: 8	BIRGAS-2000)			
COORDENADAS GEOGR Lat:	AFICAS PONTO 01: Long:		ľ	COORDENADA	AS GE	OGRÁFICAS P	ONTO 02:					
COORDENADAS GEOGRÁ Let:	ÁFICAS PONTO 03 Long:			COORDENADA	AS GE	OGRÁFICAS P	ONTO 64: Long:					
COORDENADAS GEOGRA					AS GE	OGRÁFICAS P						
Lat: COORDENADAS GEOGRA	Long:			Let: COORDENADA	AS GE	OGRÁFICAS P	Long: ONTO 68:					
Let: DESCRIÇÃO DA ATIVIDA	Long			Let:			Long					
base no art. 1 26Mai14, PRO	edir a continuidad 10 do Decreto Fe CEDO O SUSPEI legais ou regulam	ederal nº 6. NSÃO TOT	.514/2008 e FAL DA AT	e inciso I IVIDADE	IX d	lo Art. 5º RA MENO	da Resolu CIONADA, p	ção S	SMA nº 048 de			
	RELATÓRIO	DA AU	TORIDA	ADE P	OL	ICIAL	. MILITA	A R				
	solicitação do BL0								Documento de			
FAUNA SILV	solicitação do BLO ESTRE NATIVA, s o, de todo o plante	uspendend										
_	dências pertinentes	3:										
OBSERVAÇÕES:												
DATA	POSTO	NOME DE GUERF	RA	ASSI	INATU	RA						
	DESPAC	но во	COMAN	DANTI	E D	E PEI	L / CIA					
DATA	POSTO	NOME DE GUERF	RA	ASSI	INATU	RA						



ANEXO I-I

		ADO DE SÃO PAULO MEIO AMBIENTE CALIZAÇÃO AMBIENTAL	TERMODE COMPROVAÇÃO DE PROPRIEDADE DE PETRECHOS DE PESCA N' DATA						
	COMANDO DE POLICIA	AMENTO AMBIENTAL							
		INTERES	SAD	0					
DENTIFICAÇÃO CPF/CNPJ RG									
ENDEREÇO DE CORRE	ESPONDÊNCIA (AV., RUA, NÚMERO), ANDAR, APTO, BLOCO, ETC)				BAIRRO	•		
MUNICÍPIO		CEP	DDD	TELEFONE		DDD	CELULAR		
Nº REGISTRO DE PES	CA				VALIDADE		1		
Considerando o disposto no Artigo 1º da Portaria IBAMA nº 2, de 24JUL95, estabelecendo a obrigatoriedade da utilização de placa de identificação contendo o número do Registro Geral de Pesca em todos os petrechos fixos que não exijam a participação e/ou presença ativa do pescador profissional, denominados rede de espera, espinhel (nas extremidades) ou covo, utilizados na pesca interior. Considerando a apresentação do interessado acima qualificado, pleiteando a devolução de meterial de pesca, recolhido por falta de plaqueta de identificação. Considerando o disposto no Artigo 2º da Portaria acima citada, estabelece que os infratores terão seus petrechos de pesca apreendidos, ficando sujeito à prova de propriedade no prazo de 15 (quinze) dias da lavratura do Boletim de Ocomência Ambiental ou Termo de Apreensão. Diante do acima exposto, e considerando que a legislação não estabelece procedimentos para prova de propriedade, o interessado deverá preencher os campos abaixo com as características detalhadas do petrecho apreendido, objetivando análise comparativas com o material apreendido.									
	CAR	ACTERISTICAS	s DO	MATE	RIAL				
REDE	☐ ESPINHEL	□ covo		□ опт	ROS:				
MEDIDA COMPRIMEN	то	MEDIDA ALTURA			MEDIDA MAL	HAGEM			
CARACTERÍSTICAS D	AS BOIAS								
CARACTERÍSTICAS D	AS CHUMBADAS								
CARACTERÍSTICAS D	o covo								
CARACTERÍSTICAS D	OS ANZÓIS E DO CABO (ESPINHEL	-)							
OUTRAS CARACTERIS	STICAS PARTICULARES								
LOCAL ONDE O MATE	ERIAL ESTAVA COLOCADO								
ASSINATURA DO INTE	:RESSADO:								
	DESPACHO DA AUTORIDADE AMBIENTAL AUTUANTE								
	ESPACHO DA	AUTORIDADE	AINIE	31ENIA	AL AU	TUA	NTE		
OBSERVAÇÕES ESCL	DESPACHO DA ARECENDO SE AS INFORMAÇÕES S								
OBSERVAÇÕES ESCL									
OBSERVAÇÕES ESCL									
OBSERVAÇÕES ESCL									



ANEXO I-J

A STATE OF THE STA	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO		PLAI	NILH	A PA	RA F	ISCA	LIZA	ÇÃO			
S	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE				E MA							
	BRASAO2 ROENADORIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL COMANDO DE POLICIAMENTO AMBIENTAL		BO/PAMB N°		DATA		ОРМ		FLS.			
	COMANDO DE POLICIAMENTO AMBIENTAL							_	/			
	DADOS BÁSICOS											
NOME / RAZĂ	OME / RAZÃO SOCIAL CPF/CNPJ CTF											
ENDEREÇO DO	PÁTIO						'					
MUNICIPIO			UF	CEP	[1	ELEFONE COMERCIA	AL	TELEFONE CEL	ULAR			
N° ORDEM	I D E N T I F I C A Ç Ã O		LARGURA	ALTURA	COMPRIMENTO	QUANTIDADE DE PEÇAS	TOTAL FÍSICO	TOTAL DOF	DIFERENÇA			
1° Vi	a - Autuado 2ª Via - Processo			ANEXO 10 - GPC) - VERSÃO OUT14	•						



ANEXO I-L

SP	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL				□ BLOQUEIO □ DESBLOQUEIO DE I					
	COMANDO DE	POLICIAME	NTO AMBIENTA	IL	N*		DATA			
		E	MPRESA	FISCAL	IZADA					
IDENTIFICAÇÃO				CPS	IONPJ		RG			
ENDEREÇO DE COR	RESPONDÊNCIA (AV.,	RUA, NÚMERO, A	NOAR, APTO, BLOCO,	ETC)		SAIRRO				
MUNICPIO			CEP	000	TELEFONE	000	EULAR			
E-MAIL					CAD	A POSTAL				
			DA AU	TUAÇÃO)					
Nº BOYAmb-TC	Nº AUTO DE INFRA	ÇÃO INFRAÇÃO								
ENDEREÇO DO PÁT	10					EAIRRO				
MUNICIPIO			CEP .	555	TELEFONE	000 0	EULAR			
COORDENADAS GEI	OGRÁFICAS									
		DASO	LICITAÇÃ	OEMO	TIVAÇÄ	0				
Bloqueio	Preventivo –				•					
☐ Bloqueio	Preventivo –	apuração d	e suspeita de	irregularida	de					
Bloqueio	Preventivo – o	utro: (desaeve	=0							
Bloqueio	Sancionatório	– empreer	ndimento inexi	stente no e	ndereço indio	ado no Siste	ema DOF			
Bloqueio	Sancionatório	– recebim	ento/emissão	de DOFs ide	eologicament	e falsos				
☐ Bloqueio	Sancionatório	- CPF/CN	PJ irregular							
Bloqueio	Sancionatór	io – outro:	Pátio comple	tamente de	sorganizado	, impossibilit	ando a	fiscalização		
ambient	al.									
Bloqueio	Sancionatório	– outro: (des	orever)					·		
Desblogu	leio:									
(descrever)	icio.									
		RESPO	NSÁVELI		DLICITA					
DATA	RE/RG		POSTO/G	RAD E NOME		ORGÃO/SEÇÃO.				
DESPACH	O DO RESE	ONSAVE	L PELOB	LOQUEIO	E/OU DE	SBLOQUE	EIO D (D PATIO		
DATA	RE/RG		POSTO/G	RAD E NOME		ORGÃO/SEÇÃO.				
	Million Children Day									



ANEXO I-M

	X.	GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL					-			STEMA		
	1	la.			O AMBIENTAL			N.			DATA	
				DOPRO	PRIETAR	NO D	0	VEICU	LO			
DENTIF	ICAÇÃO					С	PF/CN	IPJ			RG	
ENDER	ÇO DE O	ORRESPO	NDÊNCIA (AV., RUA	, NÚMERO, ANDA	R, APTO, BLOCO, ETC)				BAIRRO	•	
MUNICI	PIO				CEP	DDD	TE	LEFONE		DDD	CELULAR	
E-MAJL								CA	IXA POSTA	L		
	DA AUTUAÇÃO											
Nº BO/A	mb-TC	Nº A	AUTO DE INFRAÇÃO	INFRAÇÃO								
ENDERE	ÇO DO	PÁTIO		l						BAIRRO		
MUNICI	PIO				CEP	DOD	TE	LEFONE		DOD	CELULAR	
COORD	ENADAS	GEOGRÁF	CA8								<u> </u>	
					DO VEÍ	CULO)					
TIPO					PLACA8		╗	RENAVAM				
MARCA					,	MODELO						
ANO		SITUAÇ	ÃO		DETENTOR ATUAL							
			D	A SOLI	ICITAÇÃO) F N	101	TIVACÂ	οÃ			
Tend	lo em	vista (o cometimer	nto da infra	ção acima ca	pitulada	ı, di	ante das i	inform	ações	contidas no	Auto de
					ná referenciad Controle de							
					da Instrução						s emissues (ue DOF,
				ESPON S	SÁVEL PI		S O	LICITA	,			
DATA	I		RE/RG		POSTO/GRAD	E NOME			ÓRGĀ	O/SEÇÃO	ı	
	D	ESP/	асно р о	RESPON	SÁVEL PE	LA D	E S /	ATIVAC	ÃO	00 1	/EÍCULO	
DATA	ı	I	RE/RG		POSTO/GRAD	E NOME			ÓRGĀ	O/SEÇÃO		



ANEXO I-N

* P	SEC	NO DO ESTADO DE SÃO P RETARIA DO MEIO AMBIEI ENADORIA DE FISCALIZAÇÃO AMB NDO DE POLICIAMENTO AMB	NTE IENTAL	TERMO DE SOLICITAÇÃO DE BLOQUEIO DESBLOQUEIO do acesso ao SISPASS CRIADOR AMADOR / COMERCIAL DE PASSERIFORMES DA FAUNA SILVESTRE NATIVA N° DATA					
		C	RIAD	OR FISC	AL	IZADO			
DENTIFICAÇÃO)					/CNPJ			RG
ENDEREÇO DE	CORRESPO	NDÊNCIA (AV., RUA, NÚMERO, ANI	DAR, APTO,	BLOCO, ETC)				BAIRRO	
MUNICÍPIO			CEP	0	DD	TELEFONE		DDD	CELULAR
E-MAIL			-			ļ	CADASTRO	TÉCNICO F	EDERAL (CTF)
			DΛ	AUTUA	~ Ã C)			
Nº BO/Amb	Nº A	UTO DE INFRAÇÃO INFRAÇÃO	UA	AUTUA	AC	,			
ENDEREÇO DO	CRIADOR							BAIRRO	
MUNICÍPIO			CEP	0	DD	TELEFONE		DDD	CELULAR
COORDENADAS	3 GEOGRÁF	CAS .							
		DA SO	LICIT	TAÇÃO E	МΟ	TIVAÇ	ÃΟ		
			FUI	NDAMEN	TAG	ÇÃO			
previstas pertinente da fauna s anilhas, as controle e	na Lei r s. Em ca silvestre s ativida s a movi	da INSTRUÇÃO NORM/	reiro de ilegalid provada serão e título, d	1998, Decret lade grave, qu ou a adulter mbargadas ca le todo o pla	o nº le cor ação autela ntel,	6.514 de 2 nfigure a n ou falsific armente, su sem preju	2 de jul nanuten ação de Ispende	ho de 2 ção em e docum ndo-se o	2008, e demais norma cativeiro de espécime entos, informações o o acesso ao Sistema d
				ELPELA		LICIT	,		
DATA	1	RE/RG		POSTO/GRAD E NO	ИΕ		ÓRO	BĂO/SEÇÃO.	
DESPAC	HODO	RESPONSÁVEL P	ELO B	LOQUEIO I	E/OU	DESBL	OQUE	0 D O	ACESSO SISPAS:
DATA		REMO		Postoigrad e no	WE.		ŎRO	d á orseção.	
\Box									



ANEXO I-O



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO COMANDO DE POLICIAMENTO AMBIENTAL

TABELA 01

CARACTERÍSTICAS DA VEGETAÇÃO SECUNDÁRIA DAS FLORESTAS OMBRÓFILAS E ESTACIONAIS -BIOMA MATA ATLÂNTICA

FONTE:

Res. Conj. SMA/IBAMA N° 01/94 e Resolução CONAMA N° 10/93

COMPLETO DE L'OLIGIAMENTO AMBIENTAE		Tees. Going, Chin Class Control of the Control of t				
Estágio pioneiro	Estágio inicial	Estágio médio	Estágio avançado			
Geralmente campestre	Savânica a florestal baixa podendo ocorrer estrato herbáceo e pequenas árvores	Florestal apresentando árvores de vários tamanhos	Florestal fechada, tendendo a ocorrer distribuição contígua de copas, podendo o dossel apresentar ou não árvores emergentes			
Predomínio de estratos herbáceos, podendo haver estratos arbustivos e ocorrer predomínio de um ou outro. Estrato arbustivo pode ser aberto ou fechado	Lenhosos variando de abertos a fechados com altura variáveis	Camadas de diferentes alturas, sendo que cada camada apresenta-se com cobertura variando de aberta a fechada, podendo a superficie da camada superior ser uniforme e aparecer árvores emergentes	Grande número de estratos, com árvores, arbustos, ervas terricolas, trepadeiras, epífitas, etc., cuja abundância e número de espécies variam em função do clima e local.As copas superiores geralmente são horizontalmenteamplas.			
Tendência a apresentar altura dos indivíduos das espécies cominantes uniforme, geralmente até 2 m. Os arbustos apresentam ao redor de 3 cm como diâmetro do caule ao nível do solo e não geram produto lenhoso	Entre 1,5 m e 8 m de altura e DAP médio de até 10 cm, apresenta pouco material lenhoso e pequena amplitude de distribuição diamétrica das formas lenhosas	Dependendo da localização da vegetação a altura das árvores pode variar de 4 a 12 m e o DAP médio pode atingir até 20 cm. A distribuição diamétrica das árvores apresenta amplitude moderada, com predomínio de pequenos diâmetros podendo gerar razoável produto lenhoso	Máximas ultrapassam 10 m, sendo que o DAP médio dos troncos é sempre superior a 20cm. A distribuição dismétrica tem grande amplitude, fornecendo bom produto lenhoso			
Ausente	Quando presentes, são pouco abundantes, representadas por musgos, líquens, polipodiáceas, e tilândsias pequenas	Maior número de indivíduos e espécies (líquens, musgos, hepáticas, orquídeas, bromélias, cactáceas, piperáceas, etc.), sendo mais abundantes e apresentando maior número de espécies no domínio da Floresta Ombrófila	Presentes em grande número de espécies e com grande abundância, principalmente na Floresta Ombrófila			
Podem ou não estar presentes e, se presentes, são geralmente herbáceas.	Se presentes podem ser herbáceas ou lenhosas	Quando presentes, são geralmente lenhosas	Geralmente lenhosas (leguminosas, bignoniáceas, compostas, malpiguiáceas e sapocindáceas, principalmente), sendo mais abundantes e mais ricas emespécies na Floresta Estacional			
Se presente, é descontínua e/ou incipiente	Quando presente, pode ser contínua ou não, formando uma camada fina pouco decomposta	Pode apresentar variações de espessura de acordo com a estação doano e de um lugar a outro	Está presente, variando em função do tempo e da localização, apresentando intensa decomposição			
Ausente	Podem ocomer plantas jovens de espécies arbóreas dos estágios mais maduros	(sinúsias arbustivas) é comum a ocorrência de arbustos umbrófilosprincipalmente de espécies de rubiáceas, mirtáceas, melastomatáceas e meliáceas.	Estratos arbustivos e herbáceos aparecem com maior ou menor frequência, sendo os arbustivos predominantemente aqueles já citados para o estágio anterior (arbustos umbrófilos) e o herbáceo formado predominantemente por bromeliáceas, aráceas, marantáceas e heliconiáceas, ontadamente nas áreas mais úmidas			
Baixa, com poucas espécies dominantes	Baixa (podendo ocorrer ao redor de dez espécies arbóreas ou arbustivas dominantes)	Significativa, podendo haver em alguns casos a dominância de poucas espécies, geralmente de rápido crescimento. Além destas, podem estar surgindo o palmito (Euterpe edulis), outras palmáceas e samambaiaçus	Muito grande devido à complexidade estrutural e número de espécies			
Tipicamente heliófilas, incluindo forrageiras, espécies exóticase invasoras de culturas, sendo comum ocoménica de: vassoura ou alecrim (Baccharis app.), assa-peive (Vernonia app.), cambará (Gochnatiapolymorpha), leiteiro (Peschieriafuchciaefolia), mariamole (Guapira app.), marmona (Ricinuscommunia), arranhagato (Acaci app.), sammbaias (Gleichenia app., Pteridium ap., etc.), lobeira e joá (Solanumapp.)	Além das citadas no estágio pioneiro: cambará ou candeia (Gochnatiapolimorpha), leiteiro (Peochieriafuchaisefolia), maria-mole (Guapira pp.), mamona (Ricinucocommunic), arranha-gato (Acacia app.), falso ipé (Stenolobiumstano), cindiúva (Trema micrantha), humo-bravo (Solanum granuloso-leibrosum), goiabeira (Poidium guaisva), sangra d'água (Crotonurucurana), lixinha (Aloyoiavirgata), amendoim-bravo (Pterogynenitera), embaúbas (Cecropia app.), pimenta-de-macaco (Xylopiaaromatica), munici (Byronima spp.), mutambo (Guazumaulmifolia), manacá ou jacatiráo (Tibouchina spp. e Miconia app.), capororoca (Rapanea app.), tapiás (Alchornea app.), immetiera brava (Schinucterebinthifolius), gu, guaçatonga (Cacearia sylvectric), sapuva (Machaeriumsticitatum), caques (cascia ap.)	Além das citadas nos estágios anteriores: jacarandás (Machaerium app.), jacarandá-d-o-campo (Platypodiumelegana), Jouro-pardo (Cordiatrichotoma), farinha-seoa (Pithecellobiumedwallii), aroeira (Myracroduonurundeuva), guapunvu (Schizolobiumparahiba), burana (Amburana cearensio), pau-deespeto (Caoearia goosypicoperma), oedro (Cedrela app.), canjarana (Cabralea carjerana), agoita-cavalo (Luehea gop.), dieo-de-oopaiba (Copaiferalangadorfii), canafistula (Peltophonumdubium), embiras-de-sapo (Lonchocarpus app.), faveiro (Petrodonpubecoene), canelas (Coctea app., Mectandra app., Crytocaria app.), vinhático (Plathymenia app.), arambá (Centrolobiumtomentosum), ješe (Tabebuia app.), amaninderio (Guarea app.), amoinoleiro (Acaciapolyphyfia), mamica-de-porca (Zanthoxyflum app.), amarein (Enterolobiumtomenotrosificuum), mandico-ão (Didimopanax app.), amarein (Enterolobiumtomenotrosificuum), mandico-ão (Podocarpus app.), amareinho (Terminalia app.), pelto-de-pomba (Taprirraguianensio), cuvatá (Matayba app.), caixeta (Tabebuia cascinoideo), cambuí (Myroia app.), taivo (Machauriantotraia, pau-jacaré (Piptadeniagonoacantha), guaiuvira (Patagonula americana), angicos (Anadenanthera po.) eoutras	Além das espécies já citadas para os estágios anteriores e de espécies da mata madura, é comum a coorrência de: jequitibás (Carrilaria app.), jatobás (Hymenaea app.), paumarfim (Balfourodendrionriedelianum), caviúna (Machaerlum app.), painieria (Choriosiaspeciosa), guarantá (Esenbeckialeiocarpa), imbúa (Cootea porosa), figueira (Ficus app.), magaranduba (Manilkara app. e Percea app.), suiná ou mulungú (Erythyra app.), guanandi (Calophyllum brasiliensio), pixinoas (Miconia app.), pau-d'alho (Galleciaintegrifolia), perobas e guatambus (Aspridooperma app.), jacarandás (Dalbergia app.), entre outras			
	Geralmente campestre Predomínio de estratos herbáceos, podendo haver estratos arbastivos e coorrer predomínio de um ou outro. Estrato arbastivos e coorrer predomínio de um ou outro. Estrato arbastivo pode ser aberto ou fechado Tendéncia a apresentar altura dos individuos das espécies dominantes uniforme, geralmente até 2 m. Os arbustos apresentam ao redor de 3 om como diâmetro do caude ao nível do solo e não geram produto lenhoso Ausente Podem ou não estar presentes e, se presentes, são geralmente herbáceas. Se presente, é descontínua e/ou inciplente Ausente Baixa, com poucas espécies dominantes Tipicamente heliófilas, incluindo forrageiras, espécies exóticase invasoras de culturas, sendo comum comência de vassoura ou alecrim (Baccharia app.), assa-peixe (Vernonia app.), cassa-peixe (Vernonia app.), cassa-pei	Geralmente campestre Predomínio de estratos herbáceos, podendo haver estratos arbustivos e coorrer predomínio de um ou outro. Estrato arbustivos e coorrer predomínio de um ou outro. Estrato arbustivos e coorrer predomínio de um ou outro. Estrato arbustivos e coorrer predomínio de um ou outro. Estrato arbustivos pode ser aberto ou fechado Tendência a apresentar altura dos individuos das espécies dominantes uniforme, geralmente até 2 m. Os arbustos apresentam ao redor de 3 cm como diâmetro do caule ao nível do solo e não geram produto lenhoso Ausente Podem ou não estar presentes e, se presentes, são geralmente herbáceas. Se presente, é descontínua e/ou incipiente Ausente Podem ou não estar presentes e, se presente, é descontínua e/ou incipiente Ausente Podem ocomer plantas jovens de espécies arbóreas dos estágios mais maduros Podem ocomer plantas jovens de espécies arbóreas dos estágios mais maduros Além das citadas no estágio pioneiro: cambará ou candeia (Gochnatiapol/morpha), leiteiro (Peochierárbuchaisefolia), mariamole (Guapira app.), asmanona (Ricinuscommumic), arranhagato (Acacia app.), samanona (Ricinuscommumic), arranhagato (Acacia	Geralmente campestre Fredomínio de estratos Fredomínio de estratos Predomínio de um ou untro. Estratos arbustivos o correr predomínio de um ou untro. Estratos arbustivos pode ser Predomínio de um ou untro. Estratos arbustivos pode ser Predomínio de um ou untro. Estratos arbustivos pode ser Predomínio de um ou untro. Estratos arbustivos pode ser Predomínio de um ou untro. Estratos arbustivos pode ser Predomínio de um ou untro. Estratos arbustivos pode ser Predomínio de um ou untro. Estratos arbustivos pode ser Predomínio de um ou untro. Estratos arbustivos pode ser Predomínio de um ou untro. Estratos arbustivos pode ser Predomínio de um ou untro. Estratos arbustivos pode ser Predomínio de um ou untro. Estratos arbustivos pode ser Predomínio de um ou untro. Estratos arbustivos pode ser Predomínio de um ou untro. Estratos arbustivos pode ser Predomínio de um ou untro. Estratos arbustivos pode ser Predomínio de um ou untro. Estratos arbustivos pode ser Predomínio de um ou untro. Estratos arbustivos pode ser Predomínio de substancia pode arbustivos porte pode ser Predomínio de substancia pode arbustivos porte de arbustivos pode pode ser Predomínio de arbustivos pode arbustivos desengentes Predomínio de arbustivos de estados pode substancia de arbustivos preparentes Prodomínio de arbustivos dominio da Floresta Ombrófila Prodomínio de substancia pode arbustivos preparentes pode esta pode arbustivos un preparentes especies pode estados pode ser presentas pode estados preparentes pode estados pre			

35/45



ANEXO I-P

SIP.
2000

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL
COMANDO DE POLICIAMENTO AMBIENTAL

TABELA	02
DATA DE EMICOÃO	NIS BOUDAN

Transcrição das características da vegetação secundária observadas durante a vistoria ambiental e marcação (X) no(s) estágio(s) correspondente(s), considerando a verificação de campo transcrita e a descrição legal existente na Tabela 1.

	CARACTERÍSTICAS VERIFICADAS DURANTE A Nota: algumas das características observadas podem ser comuns deverá ser marcado "X" em todos os estágios	s a diversos estágios. Neste caso	PIONEIRO	INICIAL	MÉDIO	AVANÇADO
Fisionomia						
Estratos						
Altura e DAP						
Epífitas						
Trepadeiras						
Serrapilheira						
Sub-bosque						
Diversidade Biológica						
Espécies vegetais mais abundantes						
		SOMA DOS ESCORES:				

RESULTADO FINAL:
() Pioneiro () Inicial () Médio () Avançado
Marcar (X) no estágio de regeneração identificado (aquele de maior número de escores).
Os parâmetros para tipificar os diferentes estágios de regeneração da vegetação secundária podem variar, de uma região geográfica para outra dependendo das condições de relevo, de clima e de solo locais, do histórico do uso da terra, da vegetação circunjacente, da localização geográfica e da área e da configuração da formaçã analisada. Desta forma essas variações e suas condicionantes devem consideradas e registradas no BO/PAmb para a conclusão final sobre o estágio de regeneração.

Via única - Processo ANEXO 18A - GPO - VERSÃO OUT14



ANEXO I-Q

→ POLÍCIA MILITAR	RELATÓRIO DE SERVIÇO										
DO ESTADO DE SÃO PAULO	POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL										
ESTABO DE SAIO TRICEO	DATA DE EMISSÃO CÓDIGO OPM NÚMERO FLS										
DADOS DA	DADOS DA GUARNIÇÃO										
HR INÍCIO HR PINAL PREPIXO VTR KM INICIAL KM PI	NAL KM TOTAL PREPIXO EMBARCAÇÃO CIP										
ENCARREGADO POSTO/GRADUAÇÃO RE NOME DE GU	ERRA CELULAR ARMA PORTÁTIL/APOIO										
MOTORISTA POSTO/GRADUAÇÃO RE NOME DE GU	ERRA CELULAR ARMA PORTÁTIL/APOIO										
AUXILIAR POSTO/GRADUAÇÃO RE NOME DE GU	ERRA CELULAR ARMA PORTÁTIL/APOIO										
AUXILIAR POSTO/GRADUAÇÃO RE NOME DE GU	ERRA CELULAR ARMA PORTÁTIL/APOIO										
AUXILIAR POSTO/GRADUAÇÃO RE NOME DE GU	ERRA CELULAR ARMA PORTÁTIL/APOIO										
AUXILIAR/PILOTO POSTO/GRADUAÇÃO RE NOME DE GU	CELULAR ARMA PORTÁTIL/APOIO										
ALTERAÇÕES MÉDIC	A S E/OU DEUNIFORMES										
RE DC POSTO/GRADINOME DE GUERRA	TIPO DE ALTERAÇÃO										
RE DC POSTO/GRADINOME DE GUERRA	TIPO DE ALTERAÇÃO										
RE DC POSTO/GRADINOME DE GUERRA	TIPO DE ALTERAÇÃO										
RONDA											
DATA RE DC POSTO/GRADINOME DE GU	ERRA ASSINATURA										
DATA RE DC POSTO/GRAD/NOME DE GU	ERRA ASSINATURA										
DATA RE DC POSTO/GRADINOME DE GU	ASSINATURA ASSINATURA										
HISTÓRICO O	PERACIONAL										
MUNICÍPIO LOGRADOURO (AV. RUA, NÚMES	O, ETC) BAIRRO										
HR CHEGADA HR SAIDA HISTORICO	<u> </u>										
IOM SUBSETOR											
LONG. o											
LAT. 'o' ;											
MUNICIPIO LOGRADOURO (AV. RUA, NÚMES	IO, ETC) BAIRRO										
HR CHEGADA HR SAÍDA HISTÓRICO											
NAM SUBSETOR											
LONG. 6	E0N3.0 , *										
LAT. 6											
MUNICÍPIO LOGRADOURO (AV. RUA, NÚMERO, ETC) BAIRRO											
HR CHEGADA HR SAÍDA HISTÓRICO	<u> </u>										
NAM SUBSETOR											
LONG. o											
LAT. •											



MUNICÍPIO		LOGRADOURO (AV. RUA, NÚM	ERO, ETC)		BAIRRO			
HR CHEGADA HF	R SAÍDA HISTÓRICO	1						
КМ	SUBSETOR							
LONG. o	٠.							
LAT. o								
MUNICIPIO	• • •	LOGRADOURO (AV. RUA, NÚM	ERO, ETC)		BAIRRO			
HR CHEGADA HE	R SAÍDA HISTÓRICO							
KM	SUBSETOR							
LONG. o								
LAI. O .]							
MUNICÍPIO		LOGRADOURO (AV. RUA, NÚM	ERO, ETC)		BAIRRO			
HR CHEGADA HE	R SAIDA HISTORICO	1						
км	SUBSETOR							
LONG. o	'							
LAT. o ,								
MUNICÍPIO		LOGRADOURO (AV. RUA, NÚM	ERO, ETC)		BAIRRO			
HR CHEGADA HF	R SAÍDA HISTÓRICO							
KM	SUBSETOR							
LONG. o								
MUNICÍPIO		LOGRADOURO (AV. RUA, NÚM	ERO, ETC)		BAIRRO			
HR CHEGADA H	R SAIDA HISTORICO	•						
КМ	SUBSETOR							
LONG. o								
LAT. o .								
<u> </u>								
B04-1-70		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	EXOS		auzna.			
BOAmb/TC N°8	AIA N°s	BOAmb/TC N°s	AIA N°s	TVA Nº8	OUTROS			
ЩЩ			\coprod	\coprod				
	COMANDANTE DA GUARNIÇÃO							
DATA	RE	DC POSTO/GRAD/NOME DE G	SUERRA	ASSINAT	URA			
COMANDANTE DA OPM/AMB								
PROVIDÊNCIAS PRELI	MINARES							
DATA	POSTO/GRADUAÇÃO / N	OME DE GUERRA	ASSINATURA					
		and a shelested by the second			AVEVO 10 - ODO OUT 14			



Processo no: 3.099/2015

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 11/2015/FPBRN

Assunto: Processo de contratação de serviços comuns – Contratação de

serviço de confecção de impressos para o Comando de

Policiamento Ambiental.

Abertura da Sessão Pública: dia 07/08/2015, às 09h00

ANEXO II

PLANILHA DE PROPOSTA

ITEM	IMPRESSO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Boletim de Ocorrência Ambiental – PM O-5 BOPAmb/TC/TVA	80.000 (oitenta mil)		
	Termo de Advertência	10.000 (dez mil)		
	Notificação de Início de Incidência de Penalidade de Multa Diária	10.000 (dez mil)		
	Termo de Apreensão	10.000 (dez mil)		
	Termo de Destinação de Animais, Materiais e/ou Produtos Apreendidos (PM 0-51)	10.000 (dez mil)		
	Termo de Embargo de Área, Obra e/ou Atividade	10.000 (dez mil)		
	Termo de Demolição de Obra	10.000 (dez mil)		
	Termo de Suspensão Total de Atividade	10.000 (dez mil)		
	Termo de Comprovação de Propriedade de Petrechos de Pesca	10.000 (dez mil)		
	Planilha de Fiscalização de Madeireiras	10.000 (dez mil)		
	Solicitação de Bloqueio e/ou Desbloqueio de Pátio	10.000 (dez mil)		
	Solicitação de Inativação de Veículo no Sistema DOF	10.000 (dez mil)		
	Termo de Solicitação de Bloqueio/Desbloqueio do Acesso ao SISPASS Criador Amador/Comercial de Passeriformes da Fauna Silvestre Nativa	10.000 (dez mil)		
	Tabela 01 - Características da Vegetação Secundária das Florestas Ombrófilas e Estacionais - Bioma Mata Atlântica	10.000 (dez mil)		
	Tabela 02 - Características Verificadas Durante a Vistoria Ambiental	10.000 (dez mil)		
	Relatório de Serviço Policia Militar Ambiental	100.000 (cem mil)		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R\$)				

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Demais condições: de acordo com o edital e seus anexos.

Vedada a identificação da licitante sob pena de desclassificação conforme item V, subitem 2.1 (C) do edital.

ATENÇÃO SRS. LICITANTES

Em atendimento ao Manual do Fornecedor (BEC-SP) e ao subitem acima do Edital de Licitação, o Pregoeiro irá verificar, no arquivo anexo à proposta, as "Propriedades do Documento", onde NÃO PODERÁ CONSTAR NENHUM TIPO DE INFORMAÇÃO, SÍMBOLO OU OUTRO TIPO DE CARACTER QUE POSSAM INDUZIR À IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE, sob pena de sua desclassificação.



Processo no: 3.099/2015

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 11/2015/FPBRN

Assunto: Processo de contratação de serviços comuns – Contratação de

serviço de confecção de impressos para o Comando de

Policiamento Ambiental.

Abertura da Sessão Pública: dia 07/08/2015, às 09h00

ANEXO III

RESOLUÇÃO SMA Nº 57, DE 12 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a aplicação das sanções de advertência e multas relativas aos procedimentos de contratação, no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 3º do Decreto estadual nº 31.138, de 09 de janeiro de 1990, com a redação dada pelo artigo 2º do Decreto estadual nº 33.701, de 22 de agosto de 1991, e considerando as disposições das Leis federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e da Lei estadual nº 6.544, de 22 de junho de 1989,

RESOLVE:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **Artigo 1º -** A aplicação das sanções de natureza pecuniária e de advertência, a que se referem o artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, os artigos 81, 86 e 87, I e II, da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e os artigos 79, 80 e 81, I e II, da Lei estadual nº 6.544, de 22 de junho de 1989, obedecerá às normas estabelecidas na presente Resolução.
- **Artigo 2º -** As sanções serão aplicadas com observância dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
- **Artigo 3º -** As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo com garantia de prévia e ampla defesa, observado, no que couber, o procedimento estabelecido nas instruções contidas na Resolução da Casa Civil nº 52, de 19 de julho de 2005, do Comitê de Qualidade da Gestão Pública, ou em outro ato regulamentar que a substituir.

CAPÍTULO II DOS PRAZOS

- Artigo 4º O prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis.
- **Artigo 5º -** Da decisão, caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação.
- **Artigo 6º -** A contagem dos prazos de entrega e de início de execução será feita em dias corridos, iniciando-se no primeiro dia útil subsequente à data estabelecida no



instrumento contratual.

Parágrafo único - Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente na Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

CAPÍTULO III DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

Artigo 7º - A inexecução total ou parcial de contratos, assim como a execução irregular ou o atraso injustificado na execução, sujeitará o contratado à aplicação das seguintes sanções:

I - advertência; e/ou

II - multas.

Artigo 8º - A pena de advertência será aplicada a critério da autoridade, quando o contratado infringir obrigação contratual pela primeira vez, exceto nas contratações decorrentes de certames realizados na modalidade pregão, prevista na Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Artigo 9º - A pena de multa será assim aplicada:

- I de 30% do valor total corrigido da avença, no caso de inexecução total do contrato;
- II de 30% (trinta por cento) do valor corrigido da avença, relativo à parte da obrigação não cumprida, no caso de inexecução parcial do contrato;
- III de 1% (um por cento) do valor corrigido da avença, no caso de atraso injustificado na execução do contrato, acrescido de:
- a) 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, para atrasos de até 30 dias;
- b) 0,4% (quatro décimos por cento) ao dia, para atrasos superiores a 30 dias, no que exceder ao prazo previsto na alínea "a" deste inciso.
- § 1º Os percentuais de que tratam as alíneas "a" e "b", do inciso III, deste artigo, incidirão sobre o valor total corrigido do contrato.
- § 2º A reincidência no descumprimento do prazo de entrega ensejará a aplicação da multa em dobro.
- § 3º O valor correspondente à multa aplicada poderá ser, a critério da Administração, descontado dos pagamentos devidos em decorrência da execução do contrato que ensejou a sanção, ou descontado da garantia prestada para o mesmo contrato.
- § 4º Inexistindo o desconto nos moldes previstos no § 3º, deste artigo, o correspondente valor deverá ser recolhido, através de guia apropriada, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da notificação.
- § 5º O valor da penalidade ficará restrito ao valor total do contrato.



- § 6º A aplicação da penalidade de multa independe de prévia aplicação de penalidade de advertência.
- **Artigo 10 -** O atraso injustificado superior a 60 (sessenta) dias corridos será considerado inexecução total, salvo razões de interesse público expostos em ato motivado da autoridade competente.
- **Artigo 11 -** A recusa injustificada, impedimento decorrente de descumprimento de obrigações assumidas durante a licitação ou impedimento legal do adjudicatário em assinar o instrumento de contrato ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à multa de 30% valor total corrigido da avença.
- **Parágrafo único -** o valor da multa de que trata este artigo, deverá ser recolhido, através de guia apropriada, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da notificação.
- **Artigo 12 -** O não pagamento das multas no prazo e formas indicados, implicará no registro de devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais CADIN e na inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.
- **Artigo 13 -** As penalidades previstas neste capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, inclusive com as demais penalidades previstas nas Leis federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e na Lei estadual nº 6.544, de 22 de junho de 1989, observadas as prescrições legais pertinentes e as disposições estabelecidas nos respectivos instrumentos convocatórios e de contratos.
- **Artigo 14 -** Independentemente das sanções estabelecidas nos incisos I e II, do artigo 9º, artigo 11 e artigo 13, a adjudicatária/contratada, em razão se sua inadimplência, arcará, ainda, a título de perdas e danos, com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação, se nenhum dos classificados remanescentes aceitar a contratação nos termos propostos pela inadimplente.

CAPÍTULO IV DA COMPETÊNCIA

Artigo 15 - São competentes para aplicar, no âmbito das respectivas unidades de despesas, as sanções de advertência e multa, estabelecidas nesta Resolução, os ordenadores de despesas.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **Artigo 16 -** O valor das multas terá como base de cálculo o valor da contratação, reajustado, e atualizado monetariamente pelo índice da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo UFESP, desde a data do descumprimento da obrigação até a data do efetivo recolhimento.
- Artigo 17 A contagem do prazo será suspensa quando do recebimento provisório do



material ou serviço, sendo retomado quando não aceito pelo contratante, a partir do primeiro dia útil seguinte ao da notificação da recusa.

- **Artigo 18 -** Observado as disposições desta Resolução, a autoridade só poderá deixar de aplicar a sanção se verificado que:
- I não houve infração ou que o notificado não foi o seu autor;
- II a infração decorreu de caso fortuito ou força maior.
- **Artigo 19 -** Esgotada a instância administrativa, as penalidades deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo CAUFESP, ou comunicadas às autoridades competentes, para fins de registro no referido Cadastro.
- **Artigo 20 -** As disposições desta Resolução aplicam-se, também, aos contratos decorrentes de dispensa ou inexigibilidade de licitação.
- **Artigo 21 -** Cópia desta Resolução deverá, obrigatoriamente, integrar os atos convocatórios dos certames, ou, nos casos de contratações com dispensa ou inexigibilidade de licitação, dos respectivos instrumentos de contrato.
- **Artigo 22 -** Quanto às omissões desta Resolução, aplicam-se as disposições legais e regulamentares pertinentes.
- **Artigo 23 -** A Chefia de Gabinete poderá expedir normas complementares, quando julgar necessárias, para orientação das ações a serem adotadas pelas unidades da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, no cumprimento das disposições desta Resolução.
- Artigo 24 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO COVAS
Secretário de Estado do Meio Ambiente



Processo no: 3.099/2015

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 11/2015/FPBRN

Assunto: Processo de contratação de serviços comuns - Contratação de

serviço de confecção de impressos para o Comando de

Policiamento Ambiental.

Abertura da Sessão Pública: dia 07/08/2015, às 09h00

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO SITUAÇÃO REGULAR JUNTO AO MT, DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO E DE DECLARAÇÃO REFERENTE À TRABALHO DE MENOR

(nome da licitante)	, CNPJ nº.	,
<pre> (nome da licitante) sediada seu representante legal, infra-a:</pre>	ssinado, e para os fins d	, por intermédio de o Pregão em epígrafe,
DECLARA expressamente que cor referência e seus anexos, bem cor		constantes do Edital em
a) Inexiste impedimento legal par em virtude das disposições da Lei		
b) Atende às normas relativas à s 117, Constituição do Estado);	aúde e segurança do traball	no (parágrafo único, art.
c) Encontra-se em situação regula com o Decreto Estadual nº 42.911		abalho, em conformidade
,de	de 2015	
(Assinatura do responsável)		
Nome:		
Cédula de Identidade no.:		



Processo no: 3.099/2015

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 11/2015/FPBRN

Assunto: Processo de contratação de serviços comuns - Contratação de

serviço de confecção de impressos para o Comando de

Policiamento Ambiental.

Abertura da Sessão Pública: dia 07/08/2015, às 09h00

ANEXO V

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - <UNIDADE>

EMPENHO Nº: XX/XXXX/XXX

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE

CONFECÇÃO DE IMPRESSOS PARA O COMANDO DE POLICIAMENTO

AMBIENTAL

Na qualidade de Contratante e Contratada, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o Artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

<nome></nome>	
CONTRATANTE	
<nome></nome>	
CONTRATADA	

São Paulo, XX de XXXXXX de 2015.